

Data de Constituição do Emissor	23/12/1997
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de sociedade limitada.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/02/2020

A LWSA, tem sua origem em 1997, quando foi fundada como a primeira empresa brasileira a oferecer serviços especializados de hospedagem de sites. Ao longo de mais de duas décadas, a Companhia protagonizou uma trajetória de inovação, resiliência e transformação, consolidando-se como uma das líderes em soluções digitais voltadas para empresas no Brasil.

Com foco em inovação, integração e segurança, a LWSA apoia o ecossistema digital para empresas, oferecendo soluções para presença online, e-commerce, gestão e serviços financeiros. A Companhia atende +700 mil clientes em diferentes setores, incluindo PMEs e grandes empresas, conectando tecnologia e negócios de maneira eficiente e integrada.

Desde os primeiros anos, a LWSA demonstrou capacidade de adaptação ao ambiente tecnológico. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, expandiu sua atuação para além da hospedagem, com o lançamento da Locaweb PRO, a construção de seu próprio data center, e a homologação como registradora de domínios pela ICANN e [Registro.br](https://registro.br). Durante a bolha da internet, manteve firme sua estratégia, diversificando o portfólio e lançando soluções como o Locavoz e serviços com suporte Java e .NET.

A partir de 2010, a Companhia intensificou seu posicionamento como provedor de soluções SaaS (Software as a Service), com destaque para o ingresso do fundo Silver Lake, primeiro investimento da gestora na América Latina. Esse período marcou o início de uma nova fase, com aquisições estratégicas como a Tray, All iN, Fbits e diversas outras empresas voltadas ao e-commerce, marketing digital, ERPs, serviços financeiros e logística.

O IPO realizado em fevereiro de 2020 representou um divisor de águas na história da LWSA. A partir dessa captação, a Companhia acelerou seu plano de crescimento inorgânico, com 16 aquisições entre 2020 e 2022, ampliando de forma significativa seu ecossistema de soluções e reforçando sua missão de apoiar a digitalização de empresas, especialmente PMEs.

Entre os movimentos mais relevantes do período, destacam-se as aquisições da Bling (ERP), Vindi (cobrança recorrente), Melhor Envio (logística), Octadesk (Conversational Commerce), que passaram a operar de forma integrada com as demais marcas do grupo. A integração dessas soluções deu origem a um dos ecossistemas mais completos para e-commerce do Brasil.

A partir de 2023, a LWSA deu início a uma nova etapa, com foco na simplificação da estrutura societária e na integração tecnológica das unidades adquiridas. Foram definidas cinco grandes frentes de negócio, BeOnline/SaaS, Plataforma de Commerce PMEs, Plataforma de Commerce Enterprise (com destaque para a criação da Wake), ERP e Gestão e Serviços Financeiros, que passaram a operar de forma mais coordenada e sinérgica, com foco em cross-sell, up-sell e melhoria da experiência do cliente.

Esse movimento culminou na incorporação de diversas subsidiárias em 2024 e 2025, incluindo Tray, Bling, Etus, Locaweb Commerce Holding e LWK Hosting Participações Ltda., tornando o grupo mais enxuto e preparado para escalar seus serviços com agilidade.

Em sua trajetória, a LWSA manteve o foco em inovação contínua, aquisição estratégica de empresas complementares, fortalecimento da governança corporativa e geração de valor sustentável. Com mais de 700 mil clientes ativos e presença robusta no segmento de tecnologia para PMEs, a Companhia segue sua missão de permitir que empresas brasileiras nasçam e prosperem por meio da tecnologia.

Timeline Histórica – LWSA S.A.

1997

- Fundação da Locaweb (que deu origem a LWSA) como pioneira em hospedagem de sites no Brasil.

1998–1999

- Lançamento da Locaweb PRO e início do relacionamento com desenvolvedores.
- Migração dos servidores para Campinas (SP) e posteriormente para a Embratel.

2000–2002

- Supera a bolha da internet e inova com hospedagem em Java e portal de voz (Locavoz).

2003–2006

- Expansão para serviços de data center, VoIP e criação de estrutura própria.
- Homologação pela ICANN e Registro.br como registradora de domínios.

2007–2008

- Lançamento de planos de hospedagem gratuitos e serviços de cloud computing.
- Reorganização societária e criação de subsidiárias.

2009–2010

- Inauguração de novo data center e lançamento de produtos SaaS como WebStore e WebChat.
- Entrada do fundo Silver Lake, marcando o primeiro investimento na América Latina.

2011–2013

- Lançamento do Cloud Hosting.
- Aquisição da Tray (e-commerce) e All iN (e-mail marketing).

2015–2017

- Exercício da opção de compra da Tray.
- Criação da Yapay para soluções de pagamento.
- Entrada em rankings de melhores empresas para se trabalhar.

2018–2019

- Aquisição de empresas como KingHost, Delivery Direto, Cyberweb e ITCapital.

2020

- Realização do IPO (R\$ 1,17 bilhão).
- Aquisição da Etus e Social Miner (marketing digital).
- Criação da Locaweb Commerce.

2021

- Aquisições de Vindi, ConnectPlug, Credisfera, Dooca, Samurai, Bling, Pagcerto, Bagy, Octadesk, Wake Creators (Squid, alienada em 2025), e Síntese.
- Lançamento da estratégia de integração de soluções.
- Aprovação do fundo de CVC (LW Ventures FIP).

2022

- Fusão entre Vindi e Yapay.
- Reorganização de holdings e início da simplificação da estrutura societária.

2023

- Reestruturação da companhia em 5 segmentos: BeOnline/SaaS, Commerce PMEs, Commerce Enterprise (Wake), ERP e Serviços Financeiros.

- Fusão entre Dooca e Bagy.
- Consolidação de marcas no segmento enterprise com a criação da Wake.

2024

- Pagcerto recebe autorização do Banco Central como Instituição de Pagamentos.
- Incorporação de Tray, Etus e Bling.

2025

- Incorporação de LWK Hosting Participações e Locaweb Commerce Holding.
- Consolidação da estrutura simplificada e foco em integração tecnológica e geração de sinergias.
- Alienação da totalidade do capital social da Wake Creators (Squid).

Com operações iniciadas em 1998, a LWSA, é uma das empresas pioneiras em soluções Business to Business – B2B (negócios entre empresas) para transformação digital de negócios no Brasil. Oferecemos um ECOSSISTEMA de soluções digitais integradas, com o propósito de ajudar os negócios de nossos clientes a nascerem e prosperarem por meio do uso da tecnologia.

Atuamos em dois grandes segmentos de negócios, que são subdivididas em 5 macro segmentos dentro da estrutura organizacional da LWSA, conforme abaixo:

- i. BeOnline / SaaS, por meio, principalmente, das marcas Locaweb, Nextios, KingHost e Octadesk;
- ii. Plataforma de Commerce PMEs, por meio das marcas Tray, Bagy e Melhor Envio
- iii. Plataforma de Commerce Enterprise por meio da Wake
- iv. ERP e Gestão com as marcas Bling e CPlug
- v. Serviços Financeiros com Vindi

Essas frentes de negócios são complementares, geram sinergias operacionais para a Companhia e nossos clientes, formando, juntas, um ecossistema que permite a forte realização de cross-selling (venda cruzada) e up-selling (venda adicional) dentro da nossa extensa e diversificada base de clientes de, aproximadamente 700 mil clientes ativos, provenientes dos mais variados segmentos da economia, com maior concentração em empresas de pequeno e médio portes.

De forma presente em nosso DNA desde o início de nossas operações, continuamente focamos em inovação buscando antecipar as demandas do mercado e de nossos clientes, situação que cria inúmeros incentivos para que nos aprimoremos e reinventemos via desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos, quer internamente ou por meio de aquisições.

Com relação às aquisições, prática que foi bastante utilizada pela Companhia em 2021 e 2022, buscamos selecionar empresas com ofertas de produtos e serviços estabelecidos, base sólida de clientes e/ou que já tenham desenvolvido uma tecnologia capaz de ampliar ou complementar nosso portfólio de produtos e serviços, acelerando nossa estratégia de crescimento.

Desde 2012, já realizamos inúmeras aquisições, sendo dezesseis realizadas desde o IPO em 2020, que se integraram em nossa cultura operacional e organizacional, as quais estão descritas no item 1.1 deste Formulário de Referência. Todas as empresas que adquirimos apresentam crescimento e margens operacionais impulsionadas por meio das sinergias geradas em nosso ambiente de negócios. Parte de seus fundadores permanecem no grupo como colaboradores ou executivos até a data deste Formulário de Referência, alguns até como acionistas da Companhia.

Ao longo dos anos e principalmente após os eventos societários de 2020 (IPO) e 2021 (Oferta Subsequente de ações), evoluímos o plano de negócio e estratégia para manter intacta a missão da Companhia de ajudar as empresas a nascerem e prosperarem por meio da tecnologia.

O ambiente de e-commerce no Brasil tem se tornando mais complexo e a nossa missão é prover condições para que as PMEs possam ter acesso as mesmas ferramentas que grandes varejistas possuem, além de uma robusta estratégia para clientes maiores, por meio da Wake.

A estratégia de Ecossistema, além dos benefícios trazidos na prosperidade dos negócios dos nossos clientes, auxilia a Companhia a ter melhores units economics, que são traduzidos em maior Lifetime Value (LTV) e menor Custo de Aquisição de Clientes (CAC), vantagens competitivas sobre nossos concorrentes e abre uma grande oportunidade para cross-leads entre as plataformas e, principalmente, cross-sell entre as verticais de negócios.

Conforme apresentado nos materiais de divulgação da Companhia, nossa agenda de integração entre as principais verticais segue apresentando consistentes e importantes avanços.

Um dos propósitos das integrações é trazer uma jornada de uso dos produtos muito mais fluida, simples e ao mesmo tempo completa para nossos clientes. Neste sentido, diversas plataformas já apresentam uma experiência mais conectada e única, não só por meio das disciplinas de UX/UI e design, mas também por meio de integrações mais profundas de software, painéis, billings e cadastros.

Entendemos que a melhor experiência do cliente deve ser baseada em um robusto ecossistema voltado para o produto, que pode ser dividido em três grandes camadas focadas em experiência, integração e sucesso do cliente:

- Ecossistema próprio com experiência e soluções unificadas
- Parcerias e Integrações:
- Educação, Onboarding e Sucesso do Cliente:

Nas soluções integradas relacionadas a Marketing e Vendas, um grande diferencial do nosso ecossistema em relação à concorrência é fazer com que o cliente acelere suas vendas após a contratação da solução. Ao longo dos últimos anos entregamos soluções e integrações com Big Techs que em conjunto são únicas em todo o mercado onde atuamos.

Quando investimos em ecossistema oferecemos uma jornada muito mais integrada para o cliente. Esperamos, também, que a expansão do ecossistema com as aquisições realizadas e com a estratégia de integralização das unidades acelere o crescimento do segmento de Commerce, uma vez que (i) aumenta o ARPU do cliente, (ii) reduz churn e (iii) acelera a aquisição de novos clientes.

Em setembro de 2023, o banco Morgan Stanley e a consultoria AlphaWise publicaram uma pesquisa em que avaliaram a qualidade da nossa ferramenta e de nossos principais concorrentes.

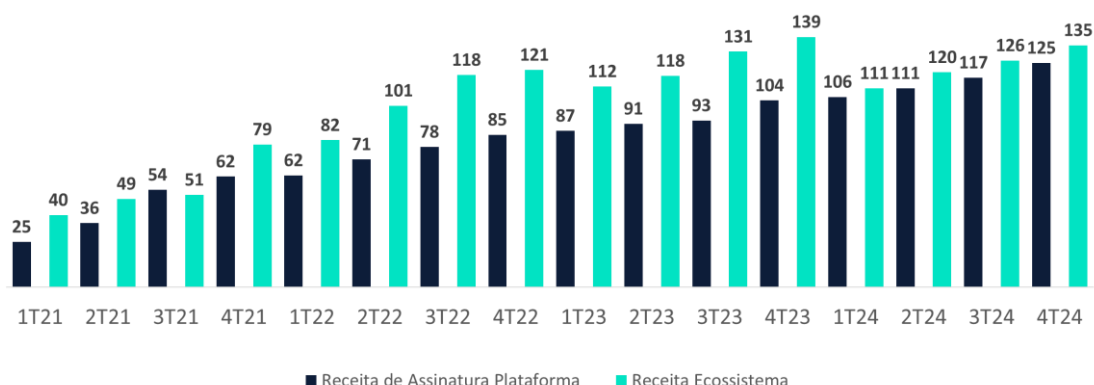
Na pesquisa, foram avaliadas as integrações nativas (representadas por círculo na imagem abaixo) e integrações feitas por meio de API (representadas por quadrados na imagem abaixo).



Nosso modelo de negócios é baseado em assinaturas com renovação automática que podem ser realizadas em periodicidade mensal, trimestral, anual ou trienal, além de receitas baseadas no GMV dos nossos clientes.

No segmento de Commerce, temos as plataformas de E-commerce e ERP (Tray, Wake, Bagy e Bling) cuja cobrança é feita em modelo de assinaturas mensais. Na Vindi a receita é gerada sobre um percentual do faturamento de nossos clientes, e a Melhor Envio possui uma receita gerada sobre um percentual do frete das vendas realizadas. Por fim, para os demais produtos do segmento de Commerce, adotamos um sistema de "pay per use", sendo pagos pelos clientes apenas quando utilizados.

O gráfico abaixo apresenta a quebra de receita do segmento de Commerce:



A tabela a seguir destaca alguns de nossos principais dados financeiros para os exercícios sociais e períodos abaixo indicados. Informações mais detalhadas estão disponíveis em nossas demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como nas demais informações financeiras apresentadas no Prospecto e neste Formulário de Referência.

LWSA	2024	2023 23	2024 vs 20
Receita Operacional Líquida	1.370,0	1.292,8	6,0%
Lucro Bruto	655,0	597,9	9,6%
Margem Bruta (%)	47,8%	46,3%	1,6 p.p.
EBITDA	244,2	204,6	19,4%
Margem EBITDA (%)	17,8%	15,8%	2,0 p.p.
EBITDA Ajustado ¹	281,4	226,6	24,2%
Margem EBITDA Ajustada (%)	20,5%	17,5%	3,0 p.p.
Lucro Líquido	42,2	(73,7)	157,2%
Margem Lucro Líquido (%)	3,1%	-5,7%	8,8 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	149,9	142,4	5,3%
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	10,9%	11,0%	-0,1 p.p.
Capex	113,0	100,9	11,9%
Capex sobre Receita Líquida (%)	8,2%	7,8%	0,4 p.p.
Fluxo de Caixa Livre - Após Capex	33,1	171,2	-80,7%
Dívida Líquida (Caixa)	(447,4)	(1.188,2)	-62,3%

¹O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventual e despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

²O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do Lucro (prejuízo) líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso

menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (iv) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (v) despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

³Geração de Caixa é medido pelo “EBITDA Ajustado – Capex” e Conversão de Caixa é composto pela divisão do “EBITDA Ajustado – Capex” pelo “EBITDA Ajustado”.

Aquisições: 14 movimentos estratégicos entre 2020 e 2022 para enriquecer o portfólio de soluções aos clientes

Entre os anos de 2020 e 2022 a Companhia fez uma série de aquisições que visaram enriquecer o portfólio de soluções para os cliente e que estivessem em linha com o seu propósito. A seguir trazemos de forma detalhada o racional de cada uma das aquisições à época e seu potencial de cross-sell.

Cabe destacar que, algumas das aquisições passaram por fusões e/ou unificação e já não operam de maneira individual, o que será melhor detalhado mais adiante.

Etus

Racional da aquisição: Empresa que oferece a mais completa e robusta solução para gestão e marketing digital em redes sociais.

A Etus, que já apresentou um crescimento orgânico substancial nos últimos anos, incorporada à estrutura da LWSA em agosto de 2024, corrobora com as sinergias e integrações imediatas com a base de clientes de todas as operações do grupo: BeOnline / SaaS e Commerce. A aquisição da Etus é consistente com a estratégia da Companhia de oferecer o maior e mais completo ecossistema para apoiar nossos clientes no processo de digitalização dos seus negócios.

Cross-sell: com toda a base de clientes e em todos os touchpoints da LWSA, como carrinho de compra dos produtos; painéis de administração; eventos de upgrade; e campanhas de ativação da marca na base.

Social Miner

Racional da aquisição: Empresa que oferece plataforma SaaS para e-commerce e varejistas aumentarem vendas, engajamento de consumidores, conversão de

fluxos de visitantes para cadastros e/ou compras e diminuam o custo de aquisição de clientes com forte utilização de tecnologia proprietária de big data e inteligência artificial.

Com a integração das soluções da Social Miner, que possui um produto consolidado no mercado, e da All iN, empresa adquirida pela LWSA em 2013, passamos a oferecer uma suíte completa de serviços que acompanha toda a jornada do consumidor para e-commerce e varejistas de todos os segmentos e tamanhos, o que será muito importante para potencializar as vendas dos clientes da nossa plataforma de e-commerce Tray.

Cross-sell: Com a Wake para aumentar a conversão e vendas em grandes e-commerces; e criação de um novo produto focado no aumento de vendas dos pequenos varejistas para oferta em toda base Tray e PMEs.

Ideris

Racional da aquisição: Empresa que oferece uma completa plataforma de integração multicanal para operações de varejo.

Com a aquisição do Ideris, a LWSA que já tem o mais completo ecossistema de soluções para E-commerce, contando com plataforma de lojas virtuais, soluções de pagamentos, recorrência e mais de 500 integrações amplia esse leque e se consolida como a melhor opção para digitalizar o varejista brasileiro.

Cross-sell: Oferecer novos canais de venda de forma imediata; e oferecer integração logística com a Melhor Envio.

Melhor Envio

Racional da aquisição: Oferecer uma plataforma que conecta vendedores às principais transportadoras e empresas de logísticas do Brasil sem a necessidade de negociar contratos individuais. Por meio da plataforma é possível cotar fretes simultaneamente em diversas transportadoras, contratar online o serviço de envio e rastrear de forma inteligente.

Com a aquisição do Melhor Envio, a LWSA reforçou sua atuação no segmento de logística, e segue se consolidando como a melhor opção para digitalizar o varejista brasileiro.

Cross-sell: Na Tray e Bling, ampliar as soluções atualmente disponíveis aos nossos clientes trazendo maior número de transportadoras disponíveis e preços ainda melhores; tornar a opção preferencial de logística para todos os sellers do Ideris; e tornar a Vindi o método preferencial de pagamentos nas compras de etiquetas.

Vindi

Racional da aquisição: Fintech que oferece Gestão de Assinaturas e Cobrança Recorrente.

Cross-sell: Melhor alocação da solução de TPV na estrutura LWSA; integrar as APIs de pagamentos recorrentes na Tray (plataforma de e-commerce) e explorar todo o potencial de cross-sell com os demais segmentos de negócios da Companhia (BeOnline, SaaS e Commerce) com a adquirida.

ConnectPlug

Racional da aquisição: plataforma SaaS com um sistema de ponto de venda (PDV) e um completo sistema de gestão. Com ampla presença no segmento de food services, a plataforma oferece importantes ferramentas como a integração de pedidos em diversos marketplaces, plataformas de autoatendimento e soluções para cardápios e comandas digitais totalmente integrados com o sistema de gestão de cozinha (KDS - kitchen display system).

Com a aquisição da CPlug, a LWSA fortalece sua forte atuação no mercado de food services com a Delivery Direto, reforça o seu portfólio e entra para o importante mercado de soluções de tecnologia para o comércio físico, e segue se consolidando como a melhor opção para digitalizar as empresas do Brasil.

Cross-sell: Cruzamento da base de clientes com a Delivery Direto; integração das soluções de pagamento da Vindi para os clientes da CPlug; ampliação da oferta dos produtos da CPlug, como o PDV e demais funcionalidades, para a base de clientes com lojas físicas da Tray e do Bling.

Credisfera

Racional da aquisição: Fintech que oferece soluções de crédito para PMEs, permitindo que a LWSA ofereça esse serviço de forma integrada.

Cross-sell: Oferecer uma solução integrada unindo a capacidade tecnológica e inteligência de crédito da Credisfera à base de clientes que utilizam as plataformas da LWSA para venderem e receberem online.

Dooca

Racional da aquisição: Plataforma de lojas virtuais focada em PMEs, que auxilia o lojista a criar, montar e gerenciar sua loja virtual e vender online. Com essa aquisição a Companhia, que já possui papel de destaque e liderança no segmento com a Tray, fortalece sua presença neste mercado.

Cross-sell: Oferecer para toda a base de clientes da Dooca a solução de pagamentos Vindi, as integrações com marketplaces e Store-in-Store oferecidas pelo Ideris, soluções de logística do Melhor Envio, as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi e todo o portfólio de marketing digital com a Social Miner e All In.

Samurai

Racional da Aquisição: Empresa de tecnologia que oferece um ecossistema de aplicativos compatível com diversas plataformas do mercado para otimização de resultados de lojas virtuais. A Samurai reforça a estratégia do grupo para atender e-commerces de médio e grande porte, somando forças com a Wake e melhora a capacidade de atender projetos complexos e customizados.

Cross-sell: Oferecer para toda a base de clientes da Samurai a solução de pagamentos Vindi, as integrações com marketplaces e Store-in-Store oferecidas pelo Ideris, soluções de logística da Melhor Envio, as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi e todo o portfólio de marketing digital com a Social Miner e All In.

Bling

Racional da Aquisição: Lançado em 2009 na cidade de Bento Gonçalves, o Bling é um sistema de gestão online, para o segmento de e-commerce de micro e pequenas empresas – MPEs, com mais de 200 integrações, que oferece soluções no modelo SaaS para negócios físicos, virtuais ou híbridos, auxiliando na gestão e organização dos negócios, por meio de módulos para emissão de notas fiscais eletrônicas, catálogo de produtos, estoques, vendas multicanal, PDV, gestão financeira, integrações com plataformas de e-commerce, marketplaces e soluções logísticas, dentre outros.

O Bling vem ampliando sua integração com o sistema bancário, a partir da visão proporcionada pela agenda do Open Banking. Desde 2020 os clientes do Bling já possuem uma conta digital integrada ao sistema de gestão, facilitando a emissão de boletos, transferências, pagamentos de contas e conciliações financeiras. Também foram adicionados ao pipeline do Bling serviços como Pix, adquirência e antecipações de recebíveis, facilitando o acesso das micro e pequenas empresas ao sistema financeiro.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Bagy

Racional da Aquisição: Fundada em 2017 em Belo Horizonte, a Bagy é uma plataforma de e-commerce focada em social commerce, com cerca de 12 mil clientes ativos e mais de 430 mil seguidores nas redes sociais. Seu objetivo é ajudar PME's, pessoas físicas e influenciadores a montar uma loja virtual de forma rápida e simples. Fazendo o download do aplicativo da Bagy, o usuário

consegue criar uma loja em poucos minutos, utilizando o celular para cadastrar os produtos, tirar fotos, determinar os valores e ainda oferecer integração nativa com as principais redes sociais, em especial Instagram e Facebook, além do marketplace Mercado Livre.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrado com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Octadesk

Racional da Aquisição: Fundada em 2015 na cidade de São Paulo, a Octadesk é uma plataforma voltada para pequenas e médias empresas se relacionarem melhor com seus clientes em todas as etapas de sua jornada (marketing, vendas e atendimento), em tempo real e em múltiplos canais como WhatsApp, chat, Instagram, e-mail, entre outros, organizando suas interações em um único lugar. Propiciando automação e escala por meio de chatbots, assistentes virtuais pré-programados e tecnologia embarcada em Inteligência Artificial, a plataforma possui capacidade de tornar as conversas humanizadas, melhorando a experiência nas relações com os clientes e potencializando os resultados das empresas em todos os canais digitais.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Squid

Racional da Aquisição: Fundada em 2014 na cidade de São Paulo, a Squid é a mais relevante empresa no segmento de Creators Economy no Brasil e possui as melhores soluções e plataformas para conectar influenciadores e criadores de conteúdo às marcas. A empresa nasceu acreditando na importância da humanização das estratégias digitais e no poder das vozes de empresas e pessoas para o mercado. Após a reestruturação interna da Squid, a mesma passou a automatizar todo o processo de identificação, recrutamento, gestão e pagamento de influenciadores digitais, unindo tecnologia e um time

especializado, que ajuda marcas e empresas de todos os segmentos e tamanhos a impulsionarem o resultado de suas campanhas, aumentando, assim, a conversão de suas vendas.

Hoje a Squid se encontra incorporada dentro da estrutura da Wake, como Wake Creators.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Síntese

Racional da Aquisição: Fundada em 2013 em São Paulo, a Síntese é uma plataforma especializada em soluções de omnicanalidade para varejo. Com ampla presença no segmento de moda, a empresa oferece OMS (Order Management System), WMS (Warehouse Management System) e TMS (Tracking Management System).

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Simplificação da estrutura corporativa

No transcurso das operações da LWSA pós aquisições, a Companhia identificou que algumas das empresas tinham sinergia, não apenas operacional, mas estratégica também. Com isto, foram feitas a simplificação da estrutura corporativa através da fusão de algumas marcas, como detalhado abaixo:



Em 2022 foi concluída a união entre as empresas Vindi e Yapay. Com a união a Vindi cria um ecossistema de serviços financeiros digitais e potencializa a experiência de pagamentos para empreendedores e empresários.

Em 2023 foi concluída a fusão das empresas Dooça e Bagy, passando a operar por Bagy, trazendo o melhor das duas plataformas e potencializando sua sinergia.

Também em 2023 com foco no e-commerce enterprise, foi criada a Wake que consolida seis marcas potencializando da melhor maneira seus serviços. As marcas que foram consolidadas foram: Tray Corp, Ideris, Samurai, Síntese, All iN, Social Miner e Squid.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são as seguintes:

Possuímos um conjunto amplo de soluções para ajudar nossos clientes a crescerem.

Nossa oferta de soluções, que inclui hospedagem e domínio de sites, portfólio completo de soluções Cloud, ferramentas voltadas à produtividade, inteligência de mercado e “do it yourself”, além das plataformas de e-commerce e todo o ecossistema que as compõem, tem como objetivo apoiar nossos clientes a nascer e prosperar por meio da internet. Esse movimento é impulsionado por um forte grupo de empreendedores, profissionais que contribuem com direcionamento estratégico operacional, promovem a retenção de talentos e colaboram ativamente na atração de novas companhias para o ecossistema.

Integração das Empresas Adquiridas.

A estratégia de integração de empresas da LWSA tem como objetivo dar ao empreendedor foco exclusivo na operação, com os benefícios de uma empresa de capital aberto estruturada, como programas de incentivo de longo prazo e programas de partnership. O empreendedor continua à frente da coordenação e desenvolvimento de produtos, dos departamentos comerciais, marketing, atendimento, onboarding e customer sucess, enquanto as atividades financeiras e administrativas passam a fazer parte das rotinas da holding LWSA. Neste sentido, nos posicionamos como uma verdadeira plataforma de aquisição e alavancagem de negócios com altas sinergias e propostas de valor complementares para oferecer a nossos clientes uma oferta completa de soluções para estabelecerem sua presença digital e escalar suas operações de forma sustentável em nosso ecossistema.

Expansão contínua do Ecossistema de E-commerce.

A Companhia segue atuando fortemente na expansão das integrações oferecidas aos clientes no segmento de E-commerce, além de manter o foco no desenvolvimento de novos produtos, buscando assim, ampliar cada vez mais a robustez do nosso ecossistema.

Modelo de negócio que proporciona receita recorrente previsível e sólida performance financeira.

Grande parte de nossa receita decorre do nosso modelo de negócio baseado em assinaturas com renovação automática, que podem ser realizadas em periodicidade mensal, trimestral, anual ou trienal. Essas assinaturas geraram uma receita recorrente de 90% no segmento Be Online/SaaS em 2024. Essa característica, presente na maior parte de nossos contratos, reduz os níveis de inadimplência de nossos clientes, sendo um importante propulsor do nosso histórico consistente decrescimento.

Ampla oferta de produtos e serviços com alto potencial de cross-selling e up-selling.

Acreditamos que nenhum de nossos concorrentes oferece um ecossistema tão diversificado e integrado de produtos e serviços tecnológicos a seus clientes quanto o que oferecemos aos nossos. Possuímos comprovada capacidade de inovar e desenvolver internamente, ou adquirir de terceiros, novos produtos e serviços complementares àqueles que já oferecemos. O maior exemplo de cross-selling que temos existe entre os clientes que contratam nossos produtos e serviços Be Online e os que contratam SaaS produtos e serviços e a penetração de mais de 70% da Vindi como meio de pagamentos das vendas em lojas próprias dos nossos clientes.

Nosso modelo de negócios cria, também, um ambiente sinérgico com alto potencial de cross-selling entre todo o ecossistema da LWSA. Nosso cliente de entrada geralmente contrata um plano básico para montar sua loja virtual, cujo custo da assinatura inicial é baixo. Este plano básico lhe dá direito a alguns recursos como número máximo de visitas em sua loja virtual e um certo número de produtos cadastrados e pedidos integrados com o Marketplace da empresa "Mercado Livre".

Conforme esse cliente cadastra mais produtos ou começa a ter mais tráfego em sua loja virtual, com passar do tempo, ele naturalmente migra para planos de maior valor. Além do upgrade (aprimoramento) de plano, também oferecemos diversos outros produtos e serviços complementares como ERP, integração

logística e soluções de pagamentos online que aumentam o ticket médio de nossos clientes.

Base de clientes diversificada, altamente fidelizada e parceria sólida com desenvolvedores.

Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com uma base de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos fidelizada e diversificada, consistindo em pessoas autônomas e empresas de variados setores da economia e de variados portes. Além de fidelizarmos nossos clientes oferecendo produtos e serviços de qualidade e excelente atendimento pós-venda, vale destacar os riscos e custos envolvidos na migração de uma empresa fornecedora de soluções tecnológicas para outra, que diminuem consideravelmente as intenções de um cliente realizar tal troca.

Capacidade de adquirir e integrar novas empresas.

A janela de aquisições de empresas foi um momento estratégico para a Companhia, além de ser um vetor de crescimento, fonte de talentos humanos, novos produtos e serviços e, conseqüentemente, novas receitas. Nos últimos sete anos realizamos inúmeras aquisições: Tray, All iN, Fbits, Cluster2Go, KingHost, Delivery Direto, Etus, Social Miner, Vindi, Ideris, Melhor Envio, ConnectPlug, Dooca, Credisfera, Samurai, Bling, Bagy, Octadesk, Squid e Síntese.

Em nossa busca por novas aquisições, não focamos apenas naquelas empresas que apresentavam bons resultados financeiros, mas também nas que apresentavam as seguintes características: (i) maior parte da receita recorrente; (ii) sinergia de custos com as sociedades de nosso grupo; (iii) grande potencial de cross-selling com outros produtos e serviços que oferecemos; (iv) fundadores ou colaboradores talentosos; e (v) produtos e serviços já consolidados ou em estágio avançado de desenvolvimento.

As aquisições realizadas contribuíram para fortalecer a presença da Companhia nos segmentos em que já atuava, além de viabilizar a entrada em novos mercados.

Hoje o foco da Companhia encontra-se voltado para a integração das unidades de negócios adquiridas, simplificação da estrutura corporativa, cross-selling e desenvolvimento interno de melhorias ferramentais e novos produtos.

Governança estabelecida, administradores experientes no setor, acionistas controladores dedicados e colaboradores capacitados e satisfeitos.

Possuímos alto grau de governança corporativa que vem sendo aprimorado desde a nossa constituição. De 2006 a 2019, a Companhia passou por uma auditoria externa realizada pela Ernst & Young, e dentro deste período, integramos nossos departamentos utilizando o sistema SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados). A partir de 2020, a auditoria externa passou a ser conduzida pela KPMG, atuando até as demonstrações financeiras da Companhia do primeiro trimestre de 2026. Tendo em vista a regra de rotatividade obrigatória prevista no artigo 31, caput, da Resolução CVM nº 23, com início a partir da revisão das informações trimestrais (“ITR”) do primeiro trimestre de 2026, em substituição à KPMG, Conselho de Administração aprovou a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte para a prestação de serviços de auditoria independente.

Além disso, desde 2012, nosso fundador, Gilberto Mautner, participa das revisões trimestrais de produtos e serviços. Contamos também, com um processo estruturado para definição do orçamento anual envolvendo todas as unidades da Companhia e realizamos, ainda, reuniões de planejamento estratégico semestrais e de acompanhamento de resultados mensais.

Possuímos cinco comitês não estatutários: (a) ESG, que se reúne mensalmente e conta com a participação de membros efetivos e independentes do nosso Conselho de Administração e da Diretora de Gente e Gestão Corporativa; (b) Recursos Humanos, que se reúne mensalmente e conta com a participação de membros efetivos e independentes do nosso Conselho de Administração e da Diretora de Gente e Gestão Corporativa; (c) Auditoria, que se reúne mensalmente e conta com a participação de um coordenador de comitê e dois membros não estatutários; (d) Ética e Conduta, que se reúne sempre que há determinada demanda, tendo como membros um conselheiro efetivo da Administração e a Diretoria de Gente e Gestão Corporativa; e (e) Segurança da

Informação, que se reúne trimestralmente, tendo como membros um coordenador de Comitê, um membro do Conselho de Administração, e dois diretores estatutários, o Diretor de Tecnologia e o Diretor de Unidade de Negócio (Be Online/SaaS).

Desde fevereiro de 2020, estamos listados no segmento mais alto de governança corporativa no Brasil, o Novo Mercado, e contamos com os comitês e políticas obrigatórios para este segmento de governança.

Nosso quadro atual de administradores conta com nossos fundadores e outros profissionais experientes que exerceram cargos relevantes anteriormente em outras companhias relevantes em seus respectivos segmentos, algumas delas dos segmentos de tecnologia, internet e telecomunicações no Brasil.

Os fundadores possuem uma visão empreendedora e inovadora dos mercados de produtos e serviços tecnológicos no Brasil, sendo em grande parte responsáveis por nosso desenvolvimento e sucesso ao longo dos anos e seguem, após a realização de nossa abertura de capital, como nossos Acionistas Controladores vinculados por acordo de acionistas. Com o objetivo de reter talentos estratégicos dentre nossos colaboradores e nossa administração, lançamos planos de opção de compra de ações (Stock Option Plans), sendo o primeiro de nossos planos implementado em 2009. Indo mais além, desenvolvemos programas como o “Quero ser Dev” para incentivar a formação de profissionais que desejam iniciar a carreira como desenvolvedores, incentivamos a educação através de parcerias com universidades e escolas, realizamos o mapeamento de talentos para construção de um plano de carreira e sucessão, assim como, um programa de desenvolvimento de líderes. A LWSA adota o modelo de carreira em Y, oferecendo liberdade para o profissional planejar a sua carreira e escolher a trilha que atenda seus anseios e necessidade. O profissional pode optar por seguir uma carreira com foco em gestão ou carreira técnica.

Além disso, possuímos um programa de Trainees focado na capacitação de potenciais talentos recém-formados para que possam lidar com situações complexas, trazer soluções inovadoras, garantindo a perpetuidade dos nossos negócios. Adicionalmente, contamos com colaboradores capacitados, que são

contratados após processos seletivos que demandam alto nível de experiência dos participantes e contam com provas dinâmicas e entrevistas com os gestores e seus times da área. Nossos colaboradores possuem uma grande satisfação em trabalhar conosco, fato este confirmado pelo Guia Você S.A. que em 2024 fomos reconhecidos via Tray no Ranking Melhores Empresas Para Trabalhar na categoria - As 35 Melhores Empresas Para Trabalhar nacionais com 100 a 999 funcionários. Valorizamos a diversidade e as relações em nosso dia a dia e oferecemos um ambiente seguro para que a pessoa possa ser exatamente quem ela é.

Atendimento ao Cliente

Entendemos que um bom atendimento ao cliente é uma importante vantagem competitiva. Em nosso grupo, o atendimento ao cliente é feito integralmente por um time próprio de colaboradores (analistas de suporte) que resulta em diversos benefícios aos nossos negócios, uma vez que tais analistas ficam mais próximos de nossos times de produtos e engenharia. Eles também possuem um plano de carreira que os incentiva a sempre buscar excelência e qualidade na prestação de serviços, sendo que esta estrutura faz com que nossos analistas de suporte se identifiquem e se comprometam ainda mais com nossa cultura interna, nossos indicadores e metas de qualidade. Oferecemos variados canais de atendimento ao cliente, sendo que o nível de atendimento oferecido por nós hoje se reflete nos baixos níveis de churn que apresentamos. Para auferir a eficiência de nosso atendimento ao cliente, utilizamos o portal Reclame Aqui (RA) onde nossas principais operações como a Locaweb possui o selo RA1000.

Nossa Estratégia

O mercado de tecnologia no Brasil apresenta potencial de crescimento significativo e promissor. Apresentamos abaixo as principais estratégias da Companhia:

Maximizar o aproveitamento de nossa base de clientes.

A Companhia pretende explorar mais intensamente as oportunidades de cross-selling e up-selling sobre sua base atual de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos, alavancando a venda dos produtos e serviços que atualmente integram

seu portfólio, por meio da: (i) migração de clientes para serviços de maior valor agregado; (ii) intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares que possam ser oferecidos para os clientes; (iii) atuação mais próxima de desenvolvedores parceiros para identificar, de forma mais rápida e ágil, as necessidades dos clientes da Companhia; e (iv) otimização do fluxo de pedidos online para incentivar a venda de produtos e serviços complementares.

Expandir nosso conjunto de serviços e produtos no segmento de Commerce.

A Companhia acredita que este segmento oferece as necessidades básicas para que qualquer negócio de varejo tenha sucesso no mundo digital com o melhor custo benefício, por isto pretende continuar antecipando tendências e demandas de mercado com o desenvolvimento e ampliação da oferta de produtos e serviços inovadores dentro do segmento de Commerce.

Aquisições para complementação e diversificação de nosso portfólio.

Em decorrência do sucesso das aquisições feitas pela Companhia desde 2012, sempre consistentes com a estratégia de crescimento sustentável e que tiveram sempre os mesmos princípios de receitas recorrentes, sinergia de custos, retenção de talentos existentes, consolidação dos produtos e serviços no portfólio e viabilidade de cross-selling e up-selling, a Companhia continuará buscando oportunidades de aquisições no setor de tecnologia no Brasil que aumentem ou complementem seu atual portfólio de produtos e serviços.

Pessoas

Na LWSA acreditamos que é a soma das nossas diferenças que transforma a empresa em um local melhor, em que cada pessoa se sinta livre e segura para ser de fato quem ela é. Assim, temos Inclusão & Diversidade como um dos cinco princípios que regem nosso negócio e é a partir dele que incentivamos cada colaborador a desenvolver seu potencial completo e a fazer novas ideias nascerem e prosperem por meio da tecnologia. Construímos nosso time com pessoas que compartilham da nossa paixão por desenvolver, independentemente de gênero, orientação sexual, deficiência, geração, etnia, origem e todas as outras diversidades que nos tornam plurais.

Diante disso, desenvolvemos diversos programas internos e um pacote de benefícios que atendam todas as pessoas, extraindo o que elas têm de melhor e proporcionando uma experiência positiva para todas as pessoas, independentemente de quem sejam e do cargo que ocupam. Temos trabalhado para humanizar cada vez mais as relações para construir um excelente ambiente de trabalho, atendendo as necessidades de cada colaborador.

Para ajudar as pessoas a entenderem melhor como podem se desenvolver internamente e atingirem o seu potencial máximo, lançamos um e-book de carreira para que as pessoas possam conhecer os princípios que orientam nossa abordagem sobre o assunto e possam projetar seu crescimento profissional, fortalecendo suas habilidades. Para dar ainda mais força ao protagonismo e evolução de carreira individual, também realizamos painéis de discussão sobre carreira, e para os gestores, oferecemos uma roda de conversa sobre Diálogos de Carreira para que estejam prontos para conduzir a temática junto aos seus colaboradores.

Nosso programa de Gestão de Performance também oferece ferramentas que colaboram para uma jornada repleta de experiências que fortalecem nossa cultura e desenvolvem nosso maior ativo: as pessoas. O Gestão de Performance atua com três ferramentas (1:1; Feedback; Ciclo semestral de avaliação de competências), que geram insumos para líderes e liderados construírem um PDI que maximize os pontos fortes e trabalhe pontos de melhoria.

Também investimos em treinamentos, pois acreditamos que a gestão do conhecimento e capacitação são essenciais para criarmos um ambiente de pertencimento. Nossos treinamentos podem ser categorizados em: treinamentos iniciais, treinamentos técnicos, treinamentos técnicos externos e palestras e workshops.

Estamos comprometidos com a Inclusão & Diversidade em todos os nossos processos, e no terceiro trimestre de 2021 analisamos os dados do 3º censo de Inclusão & Diversidade da companhia, tendo como principais resultados o aumento da presença de mulheres na empresa e em cargos de liderança, pequeno aumento de pessoas pretas e do público LGBTQIA+ que se identifica na pesquisa.

Para minimizar as diferenças na ocupação de cargos de gerência entre homens e mulheres, em 2021, junto ao Comitê de Inclusão e Diversidade, iniciamos um movimento para uma ação afirmativa com o intuito de incentivar que mulheres apoiem, ajudem e empoderem outras mulheres a conquistarem mais espaço em todos os lugares, áreas e cargos. O Mentoring edição Mulheres foi pensado, dedicado e executado apenas por mulheres da companhia, que contou com 21 duplas para uma jornada de descobertas, com base no conceito 70/20/10, com duração de 10 encontros e carga horária de 20h por dupla.

Com foco na saúde integral dos nossos colaboradores, temos o nosso programa de qualidade de vida, o Conexão Saúde, com parcerias e ferramentas que promovem a saúde mental, física e financeira do nosso público interno.

Sustentabilidade na LWSA

O papel das empresas no crescimento sustentável da economia e no desenvolvimento humano é um assunto relevante para a continuidade do negócio. Como uma empresa de tecnologia inserida em um mercado emergente, reconhecemos nossa responsabilidade em contribuir ativamente para o debate e a implementação de soluções voltadas à redução das desigualdades sociais, aos desafios ambientais e à promoção de mudanças econômicas sustentáveis.

A integração da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) é um elemento essencial para a construção de modelos de negócios resilientes, responsáveis e sustentáveis. Na LWSA, fundamentamos nossas práticas ESG em temas como o cuidado com o colaborador, transparência, boas práticas de governança, impacto na sociedade e nos negócios de nossos clientes, mitigação das mudanças climáticas entre outros. Todos eles respaldados por indicadores e métricas que orientam nossas ações e asseguram a efetividade de nossas iniciativas.

Cientes de que nosso crescimento está diretamente relacionado ao impacto positivo que podemos gerar na sociedade, nos empenhamos em garantir que nossas atividades beneficiem não apenas a organização, mas também a comunidade e o meio ambiente.

Nosso compromisso com ESG se materializa nos seguintes eixos estratégicos:

1. Cuidado com o colaborador

Investimos continuamente no bem-estar e desenvolvimento dos nossos profissionais, abrangendo iniciativas voltadas à saúde, diversidade, inclusão, crescimento profissional e qualidade de vida. Temos o compromisso de capacitar nossos colaboradores na prática, de maneira contínua e estratégica, assegurando que adquiram conhecimentos essenciais para seu crescimento e para o fortalecimento da LWSA como um todo. Além disso, desde 2019, contamos com um Comitê de Inclusão e Diversidade, que promove ações estruturadas para ampliar a representatividade e garantir um ambiente de trabalho seguro e equitativo.

Como resultado das nossas iniciativas, atualmente 40% da nossa população e 38% da nossa liderança é feminina. Além disso, tivemos crescimentos de 20,4% na representatividade de pessoas pretas e pardas. Essas conquistas nos levaram a reconhecimentos relevantes, como a inclusão no Índice TEVA de Mulheres na Liderança e a certificação pelo instituto GPTW nas categorias Mulher, Raça e LGBT+.

2. Pilar Ambiental

Após a realização de um amplo mapeamento dos impactos ambientais da nossa operação, definimos estratégias para mitigar as mudanças climáticas, focadas em diminuir consumo de água e energia no nosso Data Center. Também passamos a consolidar no Inventário de Gases de Efeito Estufa nossas emissões de escopo 1 e 2, que posteriormente são neutralizadas com a compra de crédito carbono em projetos de preservação ambiental verificados pela Verra.

Reforçamos nosso compromisso com a redução da pegada ecológica ao também comprar energia no mercado livre apenas de fontes renováveis - hidráulica, eólica e solar - e ao manter a preservação dos 32 mil m² de área verde na nossa sede em São Paulo - SP.

3. Pilar Social

Buscamos promover a inclusão econômica e a empregabilidade por meio de programas afirmativos para a comunidade, como o Quero Ser Dev (programa de capacitação de profissionais para o setor de tecnologia). Também executamos o Conectaê, projeto em parceria com o Ministério Público, para letramento digital, conhecimentos básicos de desenvolvimento de software e de criação de conteúdo para mídias sociais para jovens dos Saicas (Serviço de Atendimento Institucional para Crianças e Adolescentes). Outras iniciativas contemplam o oferecimento de cortesias dos nossos produtos de hospedagem para instituições sem fins lucrativos e o lançamento das diretrizes de investimento social privado (ISP) para direcionar nossos investimentos de forma mais efetiva.

4. Governança Corporativa

A governança é um dos pilares fundamentais da LWSA, pautada pela ética, transparência e boas práticas de gestão corporativa. Nosso Código de Ética estabelece diretrizes claras para o relacionamento com todos os stakeholders, reforçando nosso compromisso com a conduta íntegra e responsável. No que tange ESG, aprimoramos a governança do tema na empresa com o mapeamento de riscos e impactos, avanços no formato do nosso Relatório de Sustentabilidade e consolidação dos processos da área.

Nossa jornada em sustentabilidade teve início há mais de uma década, antecedendo a popularização do conceito ESG. Desde 2021, somos signatários do Pacto Global da ONU, comprometendo-nos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reportando nossos avanços no formato Advanced da Comunicação de Progresso. Seguimos também os mais rigorosos padrões internacionais de relatório, como SASB e GRI, além de nos alinharmos às melhores práticas de governança do Novo Mercado. Como reflexo do nosso compromisso com a sustentabilidade e a governança corporativa, figuramos entre os destaques do ranking Institutional Investor, com reconhecimento especial para a atuação do nosso CEO, CFO, equipe de Relações com Investidores e de ESG. Além disso, fomos premiados no ranking Melhores ESG da Exame 2023, na categoria Tecnologia e Mídia.

A transparência e o compromisso com a sustentabilidade são valores inegociáveis para a LWSA. Permaneceremos engajados na promoção de práticas sustentáveis no setor de tecnologia, reafirmando nosso compromisso

com o crescimento responsável e o impacto positivo na sociedade. Seguiremos reportando avanços e desafios de nossas iniciativas, incentivando outras empresas a se juntarem a essa agenda essencial para o futuro do planeta.

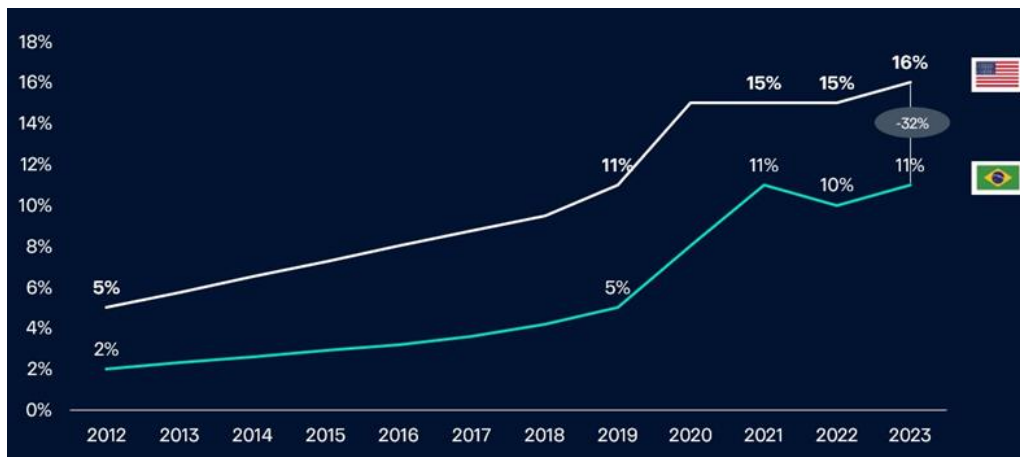
Aspectos Gerais de Nossos Mercados de Atuação

Atualmente possuímos operações em dois segmentos distintos: (i) Commerce – em que oferecemos aos nossos clientes soluções para viabilizar suas operações de varejo online; e (ii) Be Online/SaaS – em que oferecemos soluções que viabilizam a presença digital de nossos clientes.

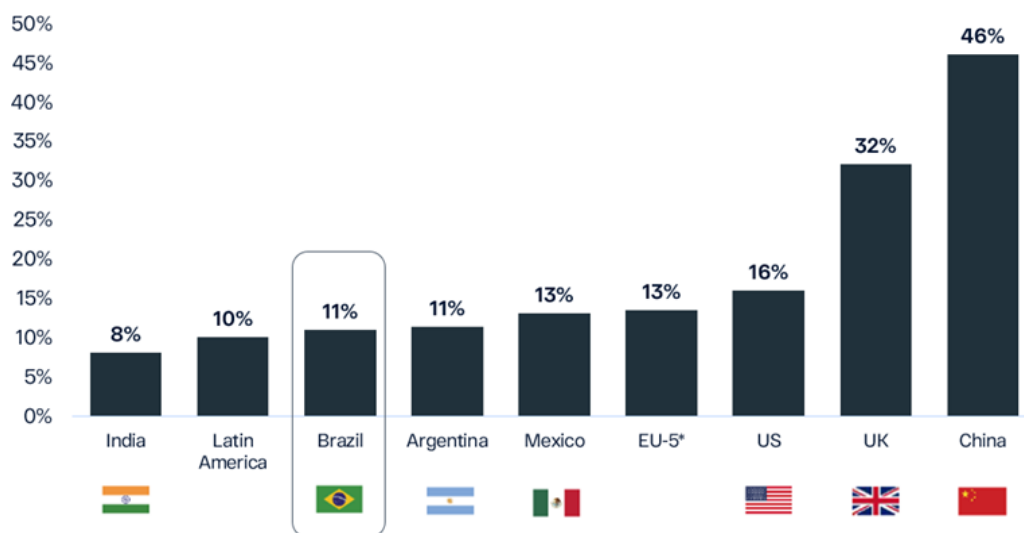
Em ambos segmentos, nosso foco estratégico é atender microempresários e empresas de pequeno e médio portes. No Brasil, de acordo com o Sebrae, existem cerca de 23,8 milhões de empresas ativas, das quais 86,1% são microempresas ou empresas de pequeno porte. Isso significa que há aproximadamente 20,5 milhões de micro e pequenas empresas em operação no país. Conforme dados do Sebrae de 2024, 2,2 milhão de empresas no Brasil possuem atividades de varejo.

À medida que a economia brasileira se torna mais dinâmica, a tendência de digitalização de empresas de pequeno e médio portes tende a crescer significativamente, ampliando ainda mais nossas oportunidades nos mercados em que atuamos.

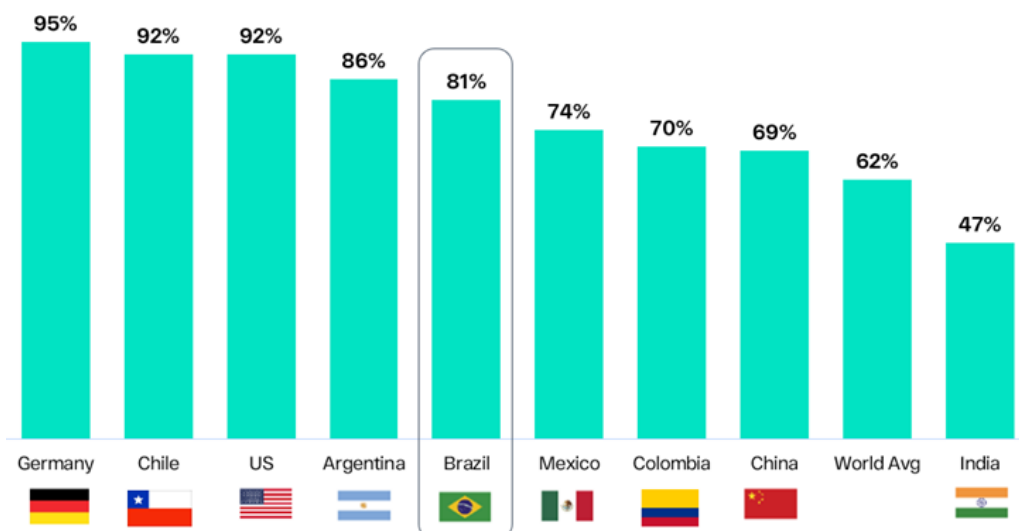
De acordo com uma pesquisa realizada pela Atlantico em 2023, a penetração do varejo online sobre o varejo total do Brasil era de apenas 11%, representando um total 32% abaixo da penetração do varejo online dos Estados Unidos, de 16% no mesmo período, conforme gráfico abaixo:



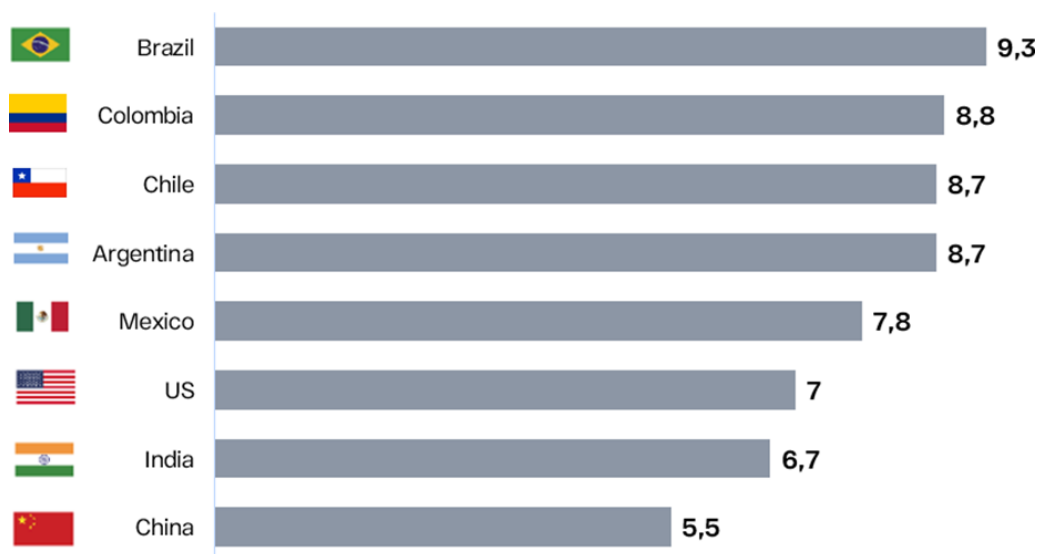
Ainda de acordo com a mesma pesquisa, a penetração do varejo brasileiro no período se manteve abaixo de países como Argentina, México, Reino Unido e China:



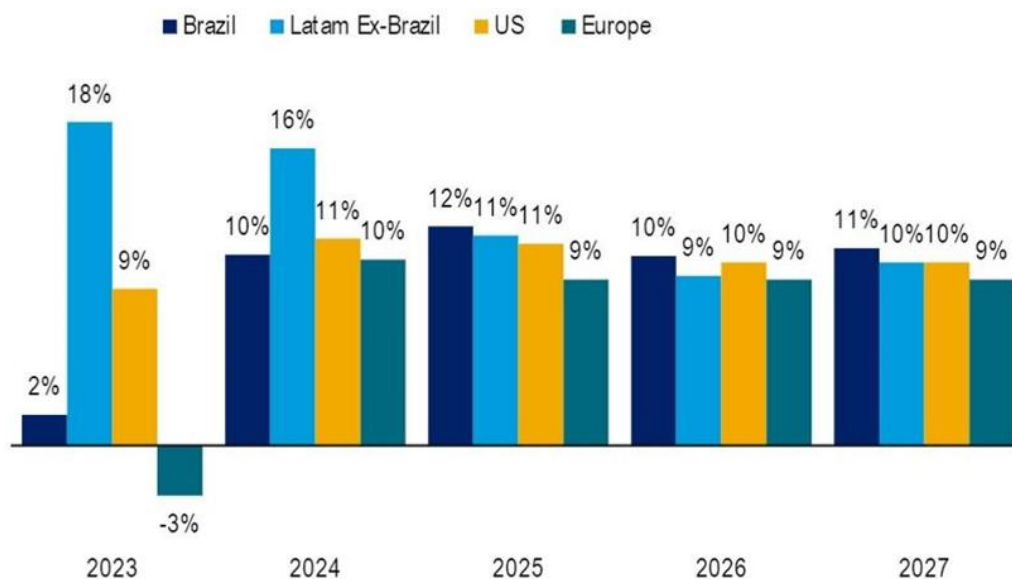
Apesar da baixa penetração do varejo online brasileiro na comparação com outros países, o registro da penetração de internet no Brasil foi de 81%, maior que em outros países como China, Índia e do que a média mundial, representada em 62% no período, conforme gráfico abaixo da pesquisa da Atlantico:



Além disso, destacamos que a população brasileira foi considerada líder em horas gastas na internet diariamente, ficando mais de 2 horas a mais que países como Estados Unidos e Índia, conforme aponta a pesquisa da Atlantico:



Além disso, de acordo com o Bank of America, o varejo online no Brasil apresenta maior crescimento que os países da America Latina, Estados Unidos e Europa a partir de 2025, conforme gráfico abaixo:



Entendemos que alguns fatores podem contribuir para o crescimento do e-commerce no varejo brasileiro:

- Aumento da penetração da internet;
- Crescimento do uso de smartphones;
- Maior confiança dos consumidores em compras online;
- Expansão da logística e dos serviços de entrega;
- Diversificação dos métodos de pagamento;
- Investimento em marketing digital e estratégias de venda online.

Tese de Investimentos

A imagem abaixo apresenta de maneira resumida os principais pontos da tese de investimentos da LWSA:



Empresa líder de soluções de tecnologia para PME, **estrategicamente** posicionada para capturar oportunidades em um **mercado pouco penetrado** e em alto crescimento



Receitas recorrentes e serviços de alta qualidade, resultando em **baixo churn** e alto LTV



Marca forte e ecossistema sólido, ao lado de um bom relacionamento e marketing eficiente com **baixo CAC**



Fortes capacidades de executar M&As com experiência comprovada na identificação, aquisição, integração e alavancagem de novos negócios



Capacidade de **Cross-sell** e **Up-sell**



Sucesso comprovado em entrar em mercados de alto crescimento, como SaaS e Commerce



Escalabilidade e sinergias que levam à crescente **geração de caixa**



Equipe experiente com empresários de alto talento

(a) Produtos e serviços comercializados

Portfólio. As nossas atividades são exercidas em duas frentes de negócios, Be Online/SaaS e Commerce, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras. Corporativamente, dividimos a empresa em cinco grandes segmentos, cujas principais marcas são:

Commerce PMEs	Commerce Enterprise	ERP e Gestão	Serviços Financeiros	Be Online SaaS
• Principais Marcas • Tray • Bagy	• Principais Marcas • Wake Commerce	• Principais Marcas • Bling	• Principais Marcas • Vindi	• Principais Marcas • Locaweb • KingHost

Dentro da frente de Commerce, em que se enquadram os segmentos de Commerce PMEs, Commerce Enterprise, ERP e Gestão e Serviços Financeiros, dividimos o perfil das nossas atividades em “Viabilizadores de e-commerce” e “Componentes de e-commerce.”

Viabilizadores de e-commerce

- Foco: Digitalização do varejo
- Monetização: Subscrição
- Perfil de Clientes

PMEs

- Produtos padronizados
- GMV médio por lojista de R\$ 50 mil por mês
- Varejistas online e offline

Enterprise

- Soluções customizadas
- Clientes mais complexos
- Omnichannel

Componentes de e-commerce

- Foco: Aumentar o ARPU da base de clientes
- Monetização: Transacional
- Produtos e Features

Serviços Financeiros

- Pagamentos
- Crédito
- BaaS

Logística

- Vendas
- Integração com Marketplaces

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
BeOnline / SaaS	420,0	31%	417,5	32%	416,7	37%
Commerce	950,0	69%	875,2	68%	718,7	63%
Receita Operacional Líquida	1.370,0	100%	1.292,8	100%	1.135,4	100%

(c) Lucro Bruto resultante do segmento e sua participação no Lucro Bruto do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total

BeOnline / SaaS	159,1	24%	142,5	24%	138,3	27%
Commerce	495,9	76%	455,4	76%	372,9	73%
Lucro Bruto	655,0	100%	597,9	100%	511,2	100%

(a) Características do processo de produção

Enquanto focamos no desenvolvimento de soluções digitais para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que ter nossa própria equipe para implementação, customização, suporte e consultoria para nossos clientes seja um fator crítico de nosso sucesso e vantagem que nos destaca da concorrência. Entendemos que a proximidade com clientes nos permite, não apenas melhorar a qualidade de nossas soluções, como também expandir e melhorar a nossa compreensão acerca dos desafios enfrentados por nossos clientes ao longo de sua jornada no meio digital, que, entre outros são: (i) como começar a vender on-line; (ii) como aumentar as vendas; (iii) como receber os pagamentos on-line; (iv) como estabelecer uma pegada digital; (v) como melhorar comunicação com os clientes; (vi) como expandir os canais de venda; e (vii) como ser mais produtivo nas tarefas diárias.

Como simplificação, nosso processo de produção e desenvolvimento de produtos e novas funcionalidades pode ser dividido em quatro fases distintas, a saber:

(i) Fase de Exploração

Nossos produtos são desenvolvidos internamente. Tendo em vista que nosso mercado de atuação experimenta rápidos avanços tecnológicos, assim como as necessidades de nossos clientes evoluem, para desenvolver novas soluções contamos com nosso time de desenvolvedores e nossa equipe responsável por assuntos referentes à inteligência de mercado, que elaboram estudos de mercado, realizam sessões de discussão sobre inovação, concepção e desenvolvimento de novas soluções.

(ii) Fase de Desenvolvimento

Definido o conceito e escopo de uma nova solução, nossas equipes definem um cronograma para execução do projeto, iniciam os trabalhos de design e arquitetura e elaboram uma estratégia de marketing para lançamento do produto. Criamos um produto MVP (Mínimo Produto Viável) para que clientes e desenvolvedores utilizem o referido produto e, gradativamente, possamos coletar seus feedbacks e realizar potenciais ajustes ou evoluções antes de escalar o produto para nossa base total de clientes. Para assegurar o sucesso da etapa de desenvolvimento, contamos com mais de 1.371 profissionais dedicados à tecnologia.

(iii) Fase de Venda

Concluída a fase de desenvolvimento e testes, o produto é disponibilizado em nossos canais online de vendas (tanto no Be Online/SaaS, como no Commerce), onde os clientes podem assinar nossos produtos e serviços de forma direta. Em complemento à contratação direta, temos ainda uma equipe comercial dedicada à

execução da estratégia de venda pré-definida para produtos que eventualmente requeiram alguma assistência durante o processo de decisão e compra.

(iv) Fase de Operação e Aprimoramento

Lançada a nova solução, nossas equipes iniciam processos contínuos de monitoramento e acompanhamento dos clientes para colher feedbacks contínuos, oferecer suporte e gerenciar o ciclo de vida do produto ou serviço para aprimoramentos ou evoluções tecnológicas.

(b) Características do processo de distribuição

Nossa estratégia de divulgação e distribuição dos produtos LWSA se baseiam em três pilares principais: (i) aquisição de leads; (ii) nutrição de leads; e (iii) fechamento de venda.

1) Aquisição de Leads: nossa estratégia de aquisição de leads se baseia principalmente em mídia online paga (ex. Google Ads, Facebook Ads) e tráfego gerado de forma gratuita através de acessos diretos, referências em outros sites e acesso direcionados através de busca orgânica.

No que diz respeito às mídias online pagas, nossas estratégias se baseiam tanto na realização de campanhas por produto, quanto na execução de campanhas de remarketing (divulgação de anúncios) para leads (potenciais negócios).

Já com o tráfego gratuito, temos como destaque o reconhecimento de marca que, por si só, gera um volume considerável de acessos diretos aos nossos sites; parceiros e afiliados que divulgam nossos serviços em seus respectivos sites com links direcionados para nossos conteúdos – a exemplo de artigos especializados sobre as tendências do mercado digital, e novas funcionalidades disponíveis em nossos produtos, - e diversos conteúdos de nossos próprios blogs que são materiais únicos e relevantes que acabam sendo ranqueados de forma gratuita entre as primeiras posições da busca orgânica nos principais buscadores, gerando assim visitas gratuitas a nossos sites.

2) Nutrição de Leads: nesta etapa, todos os leads adquiridos no processo anterior passam a ser monitorados a cada novo acesso a nosso site ou blog. Desta forma, conseguimos oferecer uma grande quantidade de conteúdo relevante sobre e-commerce, marketing digital, produtividade no meio online e presença digital para os leads monitorados. Neste contexto, além de conteúdo, em diversas oportunidades oferecemos para os leads monitorados o contato de um especialista LWSA para convertê-lo em uma efetiva oportunidade.

3) Fechamento de Venda: Todas as oportunidades são mapeadas e centralizadas em um software especializado em vendas e que faz triagem inicial de acordo com o perfil do cliente e informações coletadas ao longo de suas visitas e em formulários.

Com base nestas informações, nossos sistemas são capazes de qualificar cada oportunidade e direcioná-la ao time de inside sale (vendas internas) ou executivos corporativos da Companhia de acordo com o perfil.

Dentro do processo de inside sale, nossos analistas identificam as oportunidades de vendas e fazem o processo de venda assistido via telefone. Já no processo de venda corporativa é feito uma proposta sob medida levando em consideração todas as necessidades específicas do cliente e complexidade do projeto.

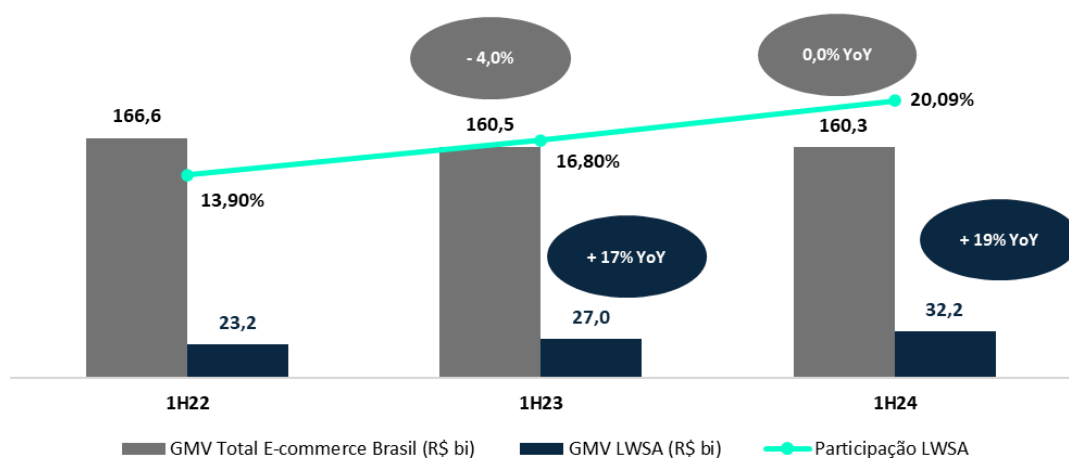
Em complemento a esse modelo principal de vendas, temos ainda outras fontes adicionais de potenciais clientes, a saber:

- i) Eventos próprios e patrocínio em eventos de terceiros: capazes de gerar leads ao nosso processo de nutrição, visitas diretas aos nossos sites e ainda oportunidades para o processo de fechamento de vendas.
- ii) Afiliados e desenvolvedores parceiros: que indicam clientes de acordo com uma qualificação inicial, sendo a venda realizada de forma direta em nosso site ou através do processo de venda assistida.
- iii) Prospecção Ativa: a partir de determinadas bases de contatos segmentados nossos executivos corporativos podem iniciar uma prospecção ativa através de ligações e contatos diretos

(c) Características dos mercados de atuação, em especial: i) participação em cada um dos mercados; e i i) condições de competição nos mercados.

Considerações Específicas sobre o Mercado de Commerce

Considerando os relatórios Webshoppers 50 e os dados de divulgação do E-commerce Brasil, entendemos que no primeiro semestre de 2024, o GMV do nosso ecossistema de e-commerce representava 20,09% do total do varejo digital brasileiro, conforme gráfico abaixo:



Com relação à competição, entendemos que, conforme apresentado no item 1.2 (pesquisa realizada pelo Morgan Stanley), a LWSA é o único competidor no cenário nacional que oferece ao cliente um ecossistema completo de soluções de e-commerce, que permitem ao cliente utilizar das ferramentas necessárias para o seu sucesso digital em um único painel de controle.

Considerações Específicas sobre o Mercado Be Online/SaaS (soluções de hosting e cloud)

Em relação ao segmento Be Online/SaaS, com base em dados divulgados pelo International Data Corporation (“IDC”), nosso mercado em 2020 era de aproximadamente R\$16,5 bilhões considerando as verticais de serviços de hosting digital e domínio, com perspectivas positivas de crescimento.

Em razão do potencial de crescimento do segmento, da menor complexidade operacional para ofertar soluções similares ou substituíveis e da baixa necessidade de capital, ao longo dos últimos anos novos competidores nacionais e internacionais surgiram para competir conosco.

Apesar da competição, fatores como: (i) nosso pioneirismo – temos operações no Brasil desde 1998; ii) forte brand awareness de nossas marcas – em especial a marca; (iii) qualidade superior de nossos serviços – com diversos canais de atendimento e potencial de customização para clientes; (v) nossa reputação perante os clientes – conforme apontado no índice de reputação “Reclame Aqui”, atestando a solidez de nossas marcas perante nossos clientes-; e (iv) ampla oferta de produtos e serviços complementares, asseguram nossa liderança no segmento com 20% de market share.

Considerações Específicas sobre o Mercado de SaaS (soluções de produtividade e marketing)

Em uma economia com forte tendência de digitalização como a brasileira, acreditamos que empreendedores e empresas de pequeno e médio portes cada vez mais atribuirão valor a soluções de produtividade e marketing que lhes ofereçam ganhos tangíveis, potencial de escalabilidade e tempo para focar na execução dos respectivos negócios.

Apesar da grande oferta de soluções de produtividade e marketing para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que este mercado no Brasil ainda apresenta grandes oportunidades. Evidência disto está na 9ª edição da Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em 2024, que revela um cenário crescente de digitalização entre os pequenos empreendedores brasileiros.

De acordo com o levantamento, 48% dos pequenos negócios já investiram em propaganda paga na internet, sendo que o índice é ainda maior entre as micro e pequenas empresas (59%), enquanto entre os microempreendedores individuais

(MEIs) o número chega a 39%. Além disso, cerca de 70% dos pequenos negócios já utilizam ferramentas digitais para vender, demonstrando uma ampla adesão aos canais online como parte essencial da estratégia comercial.

Ao longo dos anos construímos uma proposta de valor única no mercado que combina: (i) preço acessível; (ii) soluções digitais essenciais – a exemplo de hosting e domínio; e (iii) acesso a soluções de produtividade e marketing em um único pacote suportado por uma única plataforma.

Com esta proposta, nos vemos capazes de aumentar nossa participação de mercado neste segmento fragmentado.

Considerando a pluralidade de soluções de marketing e produtividade que podem ser ofertadas para as empresas brasileiras, estimar o tamanho do mercado endereçável de SaaS é um desafio na ausência de uma entidade de classe ou órgão que consolide informações setoriais específicas para estes produtos.

Frente a este desafio, a alternativa que consideramos para dimensionar o tamanho da oportunidade de mercado se baseia no potencial máximo de clientes e no nosso potencial de monetização.

Considerando ainda que um mesmo cliente pode adotar diversas soluções de produtividade e marketing de diferentes provedores e que inexistente uma metodologia unificada para comparar os players do mercado, discussões sobre a participação de mercado relativa a cada player podem ser consideradas inócuas quando consideramos o agregado do mercado.

(d) Eventual sazonalidade

Considerando que parte de nossas operações está diretamente relacionada a atividades de varejo, é possível que o resultado do segmento de Commerce, em especial os resultados de operações relacionados à pagamentos e marketplace, seja afetado por sazonalidades comuns ao comércio, em especial, nas datas festivas, feriados e épocas de fim de ano.

Em relação aos segmentos Be Online/SaaS, não há sazonalidade.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

(i) Os principais insumos necessários para desenvolvimento de nossas operações estão concentrados em:

- Mão de obra qualificada para desenvolvimento de produtos: contamos com uma equipe própria de mais de 1.300 profissionais envolvidos com tecnologia, em todo

o grupo LWSA, que mantém vínculo empregatício ou societário conosco.

- Fornecedores de hardware e softwares: temos uma base restrita de fornecedores de equipamentos e softwares necessários para suportar o desenvolvimento de nossas operações. Em razão de nossa reputação e de nosso longo histórico de operações, conseguimos construir um relacionamento longo e próximo com nossa base de fornecedores para mitigar riscos relativos a suprimento destes insumos.
- Fornecedores de Utilities: itens como energia elétrica e conectividade à internet são essenciais à manutenção de nossas operações. Temos um universo limitado de fornecedores destes insumos que são regulados por agências como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

(ii) Os preços praticados pela Companhia no segmento Be Online/SaaS não estão sujeitos a variações de mercado ou fatores externos que provoquem volatilidade de preços.

Os preços referentes às operações de pagamento – Vindi, por sua vez, podem ser afetados por aumentos nas taxas pagas pelas empresas que prestam serviços de pagamento com as quais a Vindi possui contratos comerciais, podendo afetar adversamente nossos resultados operacionais.

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação geral:

As nossas atividades estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como, aos regulamentos, autorizações, alvarás e licenças aplicáveis à propriedade, incorporação, zoneamento, ao uso do solo, à proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico. A empresa é obrigada a manter atualizadas determinadas licenças e autorizações relacionadas aos seus estabelecimentos, tais como: licença de funcionamento emitida pela Prefeitura local, auto de vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

É importante notar que as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), porém, devido a ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi historicamente avaliada de forma casuística pelo judiciário. Outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil (o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet). Até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais.

A LGPD, que entrou em vigor em agosto de 2020, trouxe um novo conjunto de regras em relação ao tratamento de dados pessoais, afetando todos os setores da economia, em especial as empresas que manipulam um grande volume de dados pessoais. A lei tem por objetivo criar um ambiente de maior controle sobre os seus dados pessoais dos indivíduos e atribuir responsabilidades para as organizações no tratamento das informações, trazendo novas obrigações a serem observadas. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, tendo sido regulamentadas em fevereiro de 2023.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no

Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

A Companhia também poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

No dia a dia, coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos os dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro, furto, roubo ou vazamentos. O processamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda dados pessoais, além da interrupção da prestação dos nossos serviços, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, funcionários, etc. Ademais, devemos observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais.

Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas.

Apesar de ter concluído o processo de adequação à legislação de proteção de dados, podemos enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, podemos ser alvo de sanções caso não consigamos demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-nos a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os seus resultados financeiros. Em caso de infrações às normas da LGPD, estaremos sujeitos, além da responsabilidade civil, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo limitada, no

total, a R\$50,0 milhões por infração; (c) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, em caso de reincidência.

A Pagcerto foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento, nos termos da Lei nº 12.865/13, pelo Banco Central do Brasil. Com o registro de instituição de pagamento, a contratada deve observar a Lei nº 12.865/13 e as demais normas expedidas pelo CMN e pelo Banco Central que definem como regras aplicáveis aos órgãos de pagamento e às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, incluindo aspectos societários, de governança, prudenciais e operacionais, por exemplo, a manutenção de capital mínimo, relação com clientes, cibersegurança, compliance e controles internos, estruturas administrativas e organização societária, dentre outros, além disso, estabelecemos processos internos através da controlada que garantem a conformidade com as exigências legais e regulatórias, assegurando a integridade e a confiança no Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das instituições de pagamento são de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual não possuímos política ambiental e não incorremos em custos para o cumprimento da regulação ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de

propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de dez anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de nossas subsidiárias e filiais, como “LOCAWEB”, “LOCALNET” e “ALL IN”, as quais são bastante relevantes para nossas atividades. Somos também titulares de alguns nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, incluindo, mas não se limitando, ao (locaweb.com.br) e (lwsa.tech). No plano internacional, possuímos a titularidade de alguns nomes de domínio e registro de marcas, tais como “AMPLIT” na Colômbia, México, Uruguai, Argentina, Chile nos Estados Unidos e “LOCAWEB” no Chile, México e Estados Unidos.

Nós ainda possuímos programas de computador próprios desenvolvidos internamente pela Companhia.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos em 2024.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras em favor de partidos políticos em 2024.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos em 2024.

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país da nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações relevantes em países estrangeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e não possuía operações relevantes em países estrangeiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

a. divulgação de informações sociais e ambientais

O principal meio de divulgação de informações sociais, ambientais e de governança da LWSA é o Relatório de Sustentabilidade, elaborado anualmente com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e o framework da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), metodologias internacionalmente reconhecidas.

O Relatório, que é assegurado por terceira parte independente, leva em consideração também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de integrar as ações socioambientais da Companhia com uma agenda de desenvolvimento global. O documento está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia.

Em 2024, a Companhia publicou seu terceiro relatório referente aos resultados de 2023. Neste documento, trouxe como marco o primeiro inventário de gases de efeito estufa, contemplando também um estudo inicial sobre o escopo 3, conforme a metodologia do Greenhouse Gases Protocol (GHG). Além disso, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

No ano de 2021, vivemos um período de consolidação de dados sobre as ações de ESG na LWSA e avaliação do nível de maturidade de cada unidade em relação ao tema. A partir desses dados, foi definida a matriz de materialidade, em que foram levantados os temas mais relevantes de acordo com o nosso setor de atuação (de acordo com GRI e SASB). Com base nesta matriz, o primeiro Relatório Anual de ESG foi desenvolvido.

Desde então, o relatório é elaborado anualmente, com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e da Sustainability Accounting Standards Board (SASB). São considerados também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS.

Para a elaboração anual do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a LWSA utiliza a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório de Sustentabilidade, onde podem ser encontradas informações do desempenho nos aspectos ESG (ambiental, social e de governança), é verificado e assegurado por entidade independente. Em 2024, a empresa responsável pela verificação e assecuração foi a BDO RCS Auditores Independentes.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório de ESG, referente ao ano de 2023, pode ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia por meio do link: <https://ri.lwsa.tech/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

No Relatório de ESG de 2022, a LWSA divulgou, pela primeira vez, a matriz de materialidade, que tem como objetivo apresentar os temas de maior impacto e influência para a Companhia e para os diversos públicos de relacionamento, sendo eles: pessoas colaboradoras, fornecedores, parceiros, clientes, investidores, mídia, comunidade, Organizações não Governamentais (ONG's) e organizações sem fins lucrativos.

Foram considerados 10 temas prioritários, validados pelo Conselho de Administração, seguindo os princípios do GRI e correlacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o relatório de 2024, elaboramos a nossa segunda Matriz de Materialidade, por meio de um processo estruturado e aprofundado, com apoio de consultoria especializada. Esse trabalho considerou referências externas, documentos internos e *benchmarking* com pares do setor, além de entrevistas com lideranças estratégicas do negócio, pesquisa com stakeholders internos e externos, avaliação de impacto, calibração com C-Level e aprovação em Comitê de Recursos Humanos.

O processo seguiu a metodologia da Norma GRI e os princípios da dupla materialidade, abrangendo tanto a materialidade de impacto, quanto a materialidade financeira. Este estudo teve como objetivo garantir que os temas identificados refletissem tanto a realidade do nosso negócio quanto as expectativas dos *stakeholders*. Os temas definidos são:

- **Governança responsável** (abrange Ética, Conformidade, Governança Corporativa e Transparência)
- **Segurança da informação** (abrange Proteção e Privacidade de Dados)
- **Experiência do cliente** (Foco na satisfação do cliente)
- **Jornada do colaborador** (Atração, desenvolvimento e retenção; saúde e bem-estar)
- **Inovação e tecnologia** (Foco em empreendedorismo)

A companhia divulga seus indicadores chave de desempenho ESG anualmente em seu Relatório de Sustentabilidade, alguns deles são: dados do censo de inclusão e diversidade, reportes financeiros, consumo de energia elétrica, consumo de óleo diesel, emissões atmosféricas relacionadas ao escopo 1, 2 e 3. Com a nova matriz de materialidades, cruzamos os dados com a matriz de riscos da Cia. e priorizamos as ações internamente para alavancar os resultados

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Participante do Pacto Global das Nações Unidas desde 2021, a LWSA comunica de maneira integrada, conforme suas diretrizes, as suas estratégias nos três pilares de ASG, que estão diretamente ligados aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tendo foco nos seguintes ODS prioritários:

- ODS 4 – Educação de Qualidade
- ODS 5 – Igualdade de Gênero
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente a LWSA realiza o preenchimento do questionário referente ao CDP, formulado por investidores institucionais e endereçado às empresas listadas na bolsa de valores, visando obter a divulgação de informações sobre as políticas de mudanças climáticas. Levamos em consideração na estratégia da LWSA os pontos levantados na avaliação.

Além disso, a companhia faz parte do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), o qual demonstra o comprometimento com a transparência de nossas emissões e antecipa a visão de como estamos nos preparando para uma economia de baixo carbono.

A Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB

atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2025 o Relatório de ESG irá levar em consideração este framework.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A LWSA realiza um inventário consolidado que abrange todas as suas unidades de negócio, elaborado a partir dos princípios, normas e diretrizes estabelecidos pela metodologia GHG Protocol, divulgados pelo Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), utilizando as suas especificações para contabilização, quantificação e publicação de Inventários Corporativos de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A estrutura do relatório segue as especificações da norma ISO 14.064:2007 - Sistema de Gestão de Gases do Efeito Estufa” – Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007 (ABNT, 2007);

Em 2024, a Companhia publicou seu segundo inventário referente aos resultados de 2023. As emissões totais de GEE foram calculadas conforme a classificação: Escopo 1 (emissões diretas), Escopo 2 (emissões indiretas por energia adquirida) e Escopo 3 (emissões indiretas). O resultado deste estudo pode ser verificado através do Relatório de Sustentabilidade. Posteriormente os gases inventariados foram compensados através da compra de créditos de carbono, de acordo com o registro global VERRA, seguindo as diretrizes do programa Verified Carbon Standards (VCS).

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A divulgação de informações ASG são realizadas conforme mencionado no item 1.9.a. anteriormente apresentado.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A divulgação da matriz de materialidade é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iii) a não adoção de indicadores chave de desempenho ASG

A divulgação do tema é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas são realizadas conforme mencionado no item 1.9.c. anteriormente apresentado

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Conforme mencionado no item 1.9.g., a Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2025 o Relatório de ESG irá levar em consideração este framework.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A divulgação sobre a realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa estão apresentadas no item 1.9.h. anteriormente apresentado.

Item não aplicável, tendo em vista que nós não somos sociedade de economia mista.

Em outubro de 2025 foi celebrado a alienação da totalidade do capital social da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. (“Wake Creators” ou “Squid” e “Operação”, respectivamente). Maiores informações sobre a operação podem ser encontradas no fato relevante divulgado pela companhia em 07 de outubro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Data de deliberação	Orgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
20/12/2017	Conselho de Administração	22/12/2017	458.850,00	Subscrição particular	87.400	0	87.400	0,093000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/05/2018	Conselho de Administração	25/05/2018	2.430.015,00	Subscrição particular	324.002	0	324.002	4,920000000	7,50	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	27/07/2018	228.356,73	Subscrição particular	52.983	0	52.983	0,440000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	24/07/2018	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	26/12/2018	393.750,00	Subscrição particular	75.000	0	75.000	0,740000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	18/12/2018	1.050.000,00	Subscrição particular	200.000	0	200.000	1,970000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

Data de deliberação	Órgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	48.487,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,090000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/01/2020	Conselho de Administração	27/06/2019	459.375,00	Subscrição particular	87.500	0	87.500	0,850000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
04/02/2020	Conselho de Administração	07/02/2020	574.999.994,25	Subscrição pública	33.333.333	0	33.333.333	1.063,073010420	17,25	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
19/02/2020	Conselho de Administração	19/02/2020	1.470.050,00	Subscrição particular	155.000	0	155.000	0,123931710	9,48	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
09/02/2021	Conselho de Administração	09/02/2021	2.346.000.000,00	Subscrição pública	78.200.000	0	78.200.000	15,416103540	30,00	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
07/07/2021	Conselho de Administração	07/07/2021	10.043.262,50	Subscrição particular	4.119.800	0	4.119.800	0,701640230	2,44	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

Data de deliberação	Orgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
05/01/2022	Conselho de Administração	05/01/2022	2.821.916,54	Subscrição particular	665.796	0	665.796	0,112870180	4,24	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/07/2022	Conselho de Administração	07/07/2022	3.960.390,00	Subscrição particular	2.263.080	0	2.263.080	0,383412130	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
11/01/2023	Conselho de Administração	11/01/2023	3.495.810,50	Subscrição particular	1.579.650	0	1.579.650	0,266602890	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
30/06/2023	Conselho de Administração	30/06/2023	3.433.763,00	Subscrição particular	1.674.060	0	1.674.060	0,281785540	2,05	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
02/01/2024	Conselho de Administração	02/01/2024	2.476.060,00	Subscrição particular	1.122.320	0	1.122.320	0,188383270	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
26/06/2025	Conselho de Administração	30/06/2025	5.447.274,00	Subscrição particular	3.112.728	0	3.112.728	0,55299392	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
08/12/2025	Conselho de Administração	08/12/2025	4.483.752,00	Subscrição particular	2.562.144	0	2.562.144	0,79218344	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

Redução de Capital								
Data de deliberação	Orgão que deliberou	Tipo de redução	Ordinárias (Unidades)	Redução (Unidades)	Total ações pós redução (Unidades)	Capital social inicial	Valor total redução (R\$)	Capital social após redução
30/04/2024	Conselho de Administração	Absorção de prejuízo	0	0	0	3.016.342.262,00	71.850.550,89	2.944.491.711,29
24/10/2024	Conselho de Administração	Cancelamento de Ações em tesouraria	596.886.478	34.000.000	562.886.478	3.016.342.262,00	-	2.944.491.711,29
30/04/2025	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Absorção da rubrica contábil "Ações em Tesouraria Canceladas"	0	0	0	2.944.491.711,29	124.640.290,62	2.819.851.420,67
05/12/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Absorção dos prejuízos acumulados	0	0	0	2.825.298.694,67	283.705.514,81	2.541.593.179,86
05/12/2025	Assembleia Geral Extraordinária – Vide fim do período de oposição dos credores via Fato Relevante de 06/02/2026	Redução de capital para Restituição de valor aos acionistas	0	0	0	2.546.076.931,86	140.000.000	2.406.076.931,86

Incorporações				
Data de deliberação	Tipo de Assembleia	Operação	Incorporada	Incorporadora
29/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Social Miner Internet Ltda	LWSA
29/01/2022	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Incorporação e Extinção	Ananke Participações S/A	LWSA
30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Tray Participações S.A	LWSA

30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Etus Social Network Brasil Ltda	LWSA
30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Organisys Software S.A. ("Bling")	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	LWK Hosting Participações Ltda	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Locaweb Commerce Holding Ltda	LWSA

*Maiores informações disponíveis nos documentos das respectivas assembleias ou reuniões da administração podem ser acessados por meio do site de Ri: <https://ri.lwsa.tech/>

a. partes

Acordo de Acionistas Willians: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo e Willians Cristiano Marques (“Willians, em conjunto com Ricardo, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, “Acionistas do Acordo de Acionistas Willians”) e a Companhia como interveniente-anuente.

Adicionalmente, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo são referidos em conjunto como “Acionistas Controladores”.

Acordo de Acionistas Família: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel e Ricardo (“Acionistas do Acordo de Acionistas Família”) e a Companhia como interveniente-anuente.

b. data de celebração

Acordo de Acionistas Willians: celebrado em 13 de agosto de 2018.

Acordo de Acionistas Família: celebrado em 04 de dezembro de 2019.

c. prazo de vigência

Acordo de Acionistas Willians: 20 anos contados da data de sua celebração (i.e. com vigência até 13 de agosto de 2038), podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento de qualquer parte a ser enviado a partir do último ano de duração do contrato até o último dia de sua vigência.

Acordo de Acionistas Família: O acordo é celebrado sob condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e seguintes do Código Civil e de sua Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas). Na ocorrência de qualquer uma das condições mencionadas na Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas), o acordo entrará automaticamente em vigor, sem necessidade de qualquer formalidade adicional, e permanecerá válido e eficaz por um período de 20 anos a contar da respectiva data (“Data de Término Inicial”), podendo ser automaticamente renovado por períodos adicionais de dez anos (“Data de Término Adicional”), caso nenhuma parte venha a se manifestar de forma contrária a tal renovação, por escrito, com antecedência mínima de seis meses à Data de Término Inicial ou de qualquer Data de Término Adicional.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família obrigam-se a reunir-se previamente à realização de nossas reuniões societárias para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da respectiva reunião societária, de forma a: (i) definir e vincular o teor do voto de todos

os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, que será proferido de forma uniforme e em bloco em uma assembleia geral; e (ii) orientar o voto dos membros do Conselho de Administração indicados pelos Acionistas do Acordo de Acionistas Família em uma reunião do Conselho de Administração, conforme o caso (“Reunião Prévia”).

Para vincular o voto de todos os Acionistas do Acordo de Acionistas Família em relação a determinada Reunião Societária, as matérias objeto da ordem do dia dependerão da aprovação dos acionistas detentores de 60% das ações vinculadas.

Independentemente da matéria discutida e aprovada em uma Reunião Prévia, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família que não compareceram na referida Reunião Prévia deverão votar de acordo com a deliberação prevista na respectiva ata de Reunião Prévia.

De cada Reunião Prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações às quais os votos dos Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou dos membros do Conselho de Administração por eles indicados, conforme o caso, se vincularão, para fins de determinação de seus votos na Reunião Societária aplicável (“Ata de Reunião Prévia”). A Ata de Reunião Prévia poderá autorizar e outorgar poderes para um ou mais Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou a um representante legal dos referidos Acionistas do Acordo de Acionistas Família, conforme o caso, para representar os Acionistas do Acordo de Acionistas Família na Assembleia Geral aplicável.

O presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração não computará e nem registrará qualquer voto em desacordo com uma deliberação vinculante de uma Reunião Prévia, sob as penalidades previstas na lei, sendo que qualquer voto em contrário será considerado nulo e ineficaz para todos os efeitos.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, pessoalmente ou por meio de seus representantes legais, comprometem-se a comparecer nas Reuniões Societárias e exercer o direito de voto relativos a suas ações vinculadas, bem como a instruir os membros do Conselho de Administração por eles indicados a comparecer nas Reuniões Societárias e votar conforme orientação de voto prevista acima, sempre de forma uniforme e com estrita observância ao disposto na respectiva Ata de Reunião Prévia.

Na hipótese de, por qualquer motivo, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família deixarem de se reunir previamente à realização de determinada Reunião Societária, mas comparecerem (todos) em tal Reunião Societária e votarem de forma uniforme em bloco, a falta de realização de Reunião Prévia estará devidamente sanada.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições

gerenciais

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Não aplicável.

f. o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações ofertados pelo Acionista Minoritário Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento de manifestação descrito no referido acordo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, nos termos do acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o Direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, conforme previsto no acordo, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 90 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatória, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável, e desde que, concomitantemente à formalização da transferência das Ações da

Oferta, o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições do acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Na hipótese de término do prazo indicado no acordo, se o Acionista Minoritário Ofertante não tiver transferido as Ações da Oferta, mas ainda pretender transferi-las, ou se a qualquer momento os termos e condições da Oferta de Compra tiverem sido alterados de qualquer forma com relação àqueles estabelecidos na notificação da descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Acordo de Acionistas Willians: Restrições à Transferência

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Willians não podem transferir e/ou onerar suas ações sem observar as disposições de tal acordo.

Será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante a Companhia e/ou as demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações em desacordo com as disposições do referido acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, sob pena de responsabilidade pessoal.

O Acionista do Acordo de Acionistas Willians que realizar a transferência e/ou a oneração de ações em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito a suspensão de todos os direitos (mas não suas obrigações e restrições) previstos no acordo em favor do Acionista do Acordo de Acionistas Willians, até a data em que a transferência for cancelada nos nossos livros competentes ou as ações forem efetivamente liberadas do ônus.

Direito de Preferência

Caso um acionista minoritário (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) acionista(s) minoritário(s)) ("Acionista Minoritário Ofertante") pretenda transferir as suas ações, no todo ou em parte, para um terceiro, os Acionistas Controladores terão oferta, nos termos do acordo, então o Acionista Minoritário Ofertante deverá reiniciar os procedimentos descritos no acordo.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along)

Caso um Acionista Controlador (atuando individualmente ou em conjunto com outros Acionistas Controladores), receba uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) parte ou a totalidade de suas ações representando uma transferência de nosso controle ("Ações Tag") a qualquer terceiro ("Ofertante Tag" e "Oferta de Controle", respectivamente), o referido Acionista Controlador deverá notificar os Acionistas Minoritários dando conta de sua intenção de alienar o nosso controle, anexando uma cópia da Oferta de Controle feita pelo Ofertante I ("Notificação de Alteração de Controle"), de maneira que os Acionistas Minoritários terão o direito de optar por transferir a totalidade (e não

menos do que a totalidade) de suas ações ao Ofertante I nas mesmas condições da Oferta de Controle ("Direito de Venda Conjunta").

Não obstante o disposto no acordo, os Acionistas Minoritários desde já reconhecem que o Silver Lake é titular de um direito de preferência de primeira recusa (Right of First Refusal) outorgado no âmbito do acordo de acionistas principal ("Direito de Preferência Silver Lake"), e que, ainda que iniciado o procedimento de Direito de Venda Conjunta descrito no acordo, tal procedimento será automaticamente cancelado (sem que sejam devidas quaisquer indenizações) caso o Silver Lake exerça o seu Direito de Preferência para adquirir as Ações Tag, tendo em vista que, neste caso, tal transação deverá ser considerada como uma transação permitida.

Caso algum Acionista Minoritário opte pelo exercício do Direito de Venda Conjunta, deverá comunicar por escrito o referido acionista controlador de sua intenção de alienar conjuntamente suas ações ("Aviso de Aceitação da Oferta"), no prazo de 30 dias do recebimento da Notificação de Alteração de Controle.

A falta de envio de aviso de aceitação da oferta, por parte de qualquer Acionista Minoritário a respeito do Direito de Venda Conjunta dentro do prazo estabelecido acima, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Venda Conjunta por tal Acionista Minoritário.

O Aviso de Aceitação da Oferta constituirá obrigação vinculante do referido Acionista Minoritário de transferir a totalidade de suas ações, caso seja efetivada a transferência pelo Acionista Controlador. Por outro lado, feita a opção pelo Direito de Venda Conjunta, a alienação das Ações I pelo Acionista Controlador somente poderá ocorrer caso o Ofertante Tag também adquira as ações do Acionista Minoritário que exerceu seu Direito de Venda Conjunta, pelos mesmos termos e condições ofertados ao Acionista Controlador na Oferta de Controle, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do último aviso de aceitação da oferta (ou após o fim do prazo para envio deste), sob pena do procedimento previsto no acordo ter que ser repetido, ficando entendido que o prazo de 60 dias previsto no acordo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação definitiva da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias.

O Direito de Venda Conjunta não será exercível nas hipóteses de: (a) transferência de ações que não configurem transferência de controle; ou (b) transferência de ações que seja decorrente de uma oferta pública inicial de ações (IPO) ou oferta pública subsequente de ações (Follow-on), primárias ou secundárias, ainda que, nestes casos, ocorra uma transferência de controle.

Direito de Venda Forçada (Drag Along)

Caso os Acionistas Controladores (atuando individualmente ou em conjunto) recebam uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) a totalidade das ações detidas pelos controladores para um terceiro ou outro acionista (exceto outro Acionista Controlador ou afiliada do Acionista Controlador) ("Adquirente Drag"), os Acionistas Controladores poderão exigir, por meio de notificação por escrito contendo as mesmas informações exigidas para a Notificação de Alteração de Controle, nos termos acima, que os Acionistas Minoritários transfiram, juntamente com os Acionistas Controladores, a totalidade das suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores transferirão para o Adquirente Drag ("Direito de Venda Forçada").

Caso os Acionistas Controladores exerçam o Direito de Venda Forçada, os Acionistas Minoritários terão a obrigação de vender ao Adquirente Drag a totalidade de suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores irão transferir suas ações ao Adquirente Drag.

Acordo de Acionistas Família:

Restrições à Transferência de Ações Vinculadas.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família comprometem-se, de forma irrevogável e irretratável, a não transferir e/ou onerar suas ações vinculadas, sem observar as disposições do referido acordo.

Ainda, será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante a Companhia e/ou às demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações vinculadas em desacordo com as disposições de tal acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, e/ou junto ao respectivo agente escriturador, conforme o caso, sob pena de responsabilidade pessoal.

Sem prejuízo as exceções previstas em tal acordo, o Acionista do Acordo de Acionistas Família que realizar a transferência e/ou a oneração de ações vinculadas em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito à suspensão de todos os seus direitos (mas não de suas obrigações e restrições) previstos em tal acordo até a data em que o registro da respectiva transferência for cancelada e as ações vinculadas forem efetivamente liberadas do ônus.

Transferências Indiretas.

As restrições à transferência de ações vinculadas contempladas em tal acordo aplicar-se-ão também a qualquer transferência indireta de ações vinculadas, excetuando-se eventual transferência indireta de ações que se enquadre como uma transferência permitida, nos termos do referido acordo.

Direito de Preferência.

Caso um Acionista (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) Acionista(s) ("Acionista Ofertante") pretenda transferir as suas ações vinculadas, no todo ou em parte, para um terceiro, os demais acionistas terão o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações vinculadas oferecidas pelo Acionista Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta firme ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento descrito abaixo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme disposto no acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o Direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, nos termos do acordo.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 180 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de, no máximo, 15 dias e desde que, concomitantemente à formalização da transferência das ações da oferta, o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições de tal acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along).

Alternativamente ao exercício do Direito de Preferência previsto acima, caso um Acionista Ofertante pretenda transferir as suas ações vinculadas para um terceiro, ficará então facultado a cada um dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família, a seu exclusivo critério, o direito de transferir: (i) na hipótese de alienação de ações vinculadas que não representem transferência de controle, a quantidade

proporcional de suas ações vinculadas que somadas à quantidade proporcional de ações vinculadas do Acionista Ofertante resultarão no total (e não mais do que o total) de ações vinculadas objeto da proposta do Potencial Comprador; ou (ii) na hipótese de alienação de ações vinculadas que representem transferência de controle, parte ou a totalidade de suas ações vinculadas, a seus exclusivos critérios, conforme o caso, ao Potencial Comprador ("Direito de Venda Conjunta"). O(s) referido(s) Acionista(s) do Acordo de Acionistas Família deverá(ão) notificar o Acionista Ofertante, por escrito, a respeito de sua(s) intenção(ões) de alienar suas ações vinculadas juntamente com as ações vinculadas detidas pelo Acionista Ofertante ao Potencial Comprador. O direito de venda conjunta aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme previsto em tal acordo.

Alienação em Bolsa ou Oferta Pública

Qualquer Acionista do Acordo de Acionistas Família poderá, a qualquer momento, alienar parte ou a totalidade de suas ações vinculadas em bolsa ou por meio de oferta secundária de ações, independentemente de qualquer aprovação por parte dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família, não se aplicando nesta hipótese, ainda, o disposto nas Cláusulas 5 (Restrição à Transferência), 6 (Direito de Preferência) e 7 (Tag Along) do referido acordo. O Acionista do Acordo de Acionistas Família que desejar alienar suas ações vinculadas na forma aqui prevista, deverá notificar previamente os demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família e a Companhia, que, por sua vez, deverá notificar o agente escriturador e solicitar a desvinculação de suas ações vinculadas para vendê-las em bolsa, em blocos não superiores a 5% do total das nossas ações emitidas, em cada período de 30 dias.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: As cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros do nosso Conselho de Administração já estão descritas no item 1.13, alínea "d" deste Formulário de Referência.

Não houve alterações significativas na condução dos nossos negócios.

Acreditamos que todos os ativos alienados são parte da nossa operação normal, logo não existem contratos relevantes não operacionais celebrados no último ano que não estejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

A Companhia entende que não existem outras informações relevantes que já não foram abordadas nos itens acima.

Os diretores da Companhia apresentam nesta Seção 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Os diretores discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas na Seção 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O índice de endividamento total da Companhia encerrou em 0,5x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em 31 de dezembro de 2024 e encerrou em 0,6x em 2023. A redução do índice de endividamento em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior, deveu-se, principalmente, a redução do passivo da Companhia que foi afetado principalmente pela redução de obrigações relacionadas a aquisições de investimentos (“*Earnouts*”).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos da Companhia era de R\$ 543,9 milhões, uma redução de R\$644,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023, quando totalizava R\$1.188,2 milhões, por conta dos pagamentos dos *Earnouts* das aquisições.

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.745,8 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$74,4 milhões e o saldo de

caixa e equivalente de caixa acrescidos da títulos e valores mobiliários restritos era de R\$543,9 milhões e o caixa líquido era de R\$373 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.882 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$77,4 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos da aplicação financeira restrita era de R\$1.188,2 milhões e o caixa líquido era de R\$1.111 milhões.

(em milhares de Reais, exceto quando índice)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Patrimônio líquido	2.745.843	2.882.146
Ativo circulante	1.334.539	1.950.393
Empréstimos e Financiamentos	74.427	77.429
Dívida líquida (Caixa Líquido) (1)	(372.951)	(1.110.836)

(1) Dívida líquida (Caixa Líquido) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas:

(em milhares de Reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (A)	1.264.779	1.722.242
Capital próprio (patrimônio líquido) (B)	2.745.843	2.882.146
Capital total (A + B)	4.010.622	4.604.388
Percentual de capital de terceiros	31,5%	37,4%
Percentual de capital próprio	68,5%	62,6%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Bruta (1)	74.427	77.429

(1) Dívida Bruta: representa a soma de empréstimos e financiamentos e do passivo de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2019 devido à adoção do CPC 06-R2/IFRS 16.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de recursos via IPO, que foi realizada em 2020 e oferta subsequente (*Follow On*), que foi realizada em 2021, cujos montantes ainda se encontram no caixa da Companhia. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, (ii) aquisições de empresas ou pagamentos de obrigações relacionadas às aquisições (“Earnouts”); e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos

quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, informamos que no item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum contrato financeiro relevante de dívida celebrado com instituições financeiras. Apresentamos abaixo perfil de endividamento da Companhia:

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (1)	(372.951)	(1.110.794)
Despesa Financeira	139.865	357.823
EBITDA Ajustado (2)	281.391	226.560
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	-1,3x	-4,9x
Despesa Financeira / EBITDA Ajustado	0,5x	1,6x

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) – refere-se ao total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas de relacionados à fusões e aquisições de sociedades; despesas de bônus, consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa à derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial de passivos operacionais que a Companhia possui em dólares, despesas extraordinárias decorrentes da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) finalizada em fevereiro de 2020 e baixa contábil decorrente da alienação do investimento da controlada Eventials. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias. O EBITDA Ajustado é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP e IFRS, tampouco deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como alternativa ao

fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para reconciliação do nosso lucro líquido para o EBITDA Ajustado vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme informado acima, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamento relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações com instituições financeiras do mercado brasileiro, apesar de não possuir nenhum contrato de empréstimo e financiamento relevante em vigor na presente data.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com estas e outras instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2024 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

No dia 31 de dezembro de 2024, a companhia não possuía covenants atribuídos aos seus contratos de empréstimos. Adicionalmente, em tal data os contratos de empréstimos não possuíam cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross-default ou cross acceleration)

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhões)	31/12/2024	AV		31/12/2023	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.370,0	100,0%		1.292,8	100,0%	6,0%
Custo dos serviços prestados	(715,0)	-52,2%		(694,8)	-53,7%	2,9%
LUCRO BRUTO	655,0	47,8%		597,9	46,3%	9,6%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(541,2)	-39,5%		(511,4)	-39,6%	5,8%
Com vendas	(292,5)	-21,3%		(272,5)	-21,1%	7,3%
Gerais e administrativas	(257,4)	-18,8%		(252,6)	-19,5%	1,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8,7	0,6%		13,6	1,1%	-36,1%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	113,8	8,3%		86,5	6,7%	31,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(48,9)	-3,6%		(196,1)	-15,2%	-70,8%
Receitas financeiras	91,0	6,6%		161,7	12,5%	-43,7%
Despesas financeiras	(139,8)	-10,2%		(357,8)	-27,7%	-58,6%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	64,9	4,7%		(109,7)	-8,5%	-151,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(22,7)	-1,7%		35,9	2,8%	-155,4%
Correntes	(47,1)	-3,4%		(76,5)	-5,9%	-38,5%
Diferidos	24,4	1,8%		112,5	8,7%	-75,8%
<u>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</u>	42,2	3,1%		(73,7)	-5,7%	-149,8%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.370,0 milhões e R\$1.292,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de

2023, o que representou um aumento de 6,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento orgânico das operações de Commerce, que cresceram em 8,5% na comparação com o ano anterior. Dentro do segmento de Commerce, destacamos: (i) o crescimento de 4,8% na base de assinantes pagantes; (ii) 18,4% no GMV do Ecossistema; (iii) 16,3% no GMV de Loja Própria; e (iv) 15,2% no TPV da operação de pagamentos.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$715,0 milhões vs R\$694,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 2,9%. O custo dos serviços prestados representou 52,2% e 53,7% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. A redução nesta relação se deve a diluição dos custos sobre a receita operacional líquida, que cresceu em proporção maior que os custos, e por eficiência operacional das empresas adquiridas, que tiveram suas estruturas de custos otimizadas.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas, que compreendem as equipes de marketing e vendas bem como serviços dessas mesmas naturezas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$292,5 milhões e R\$272,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 7,3%. As despesas com vendas representaram 21,3% e 21,1% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. O crescimento apresentado na linha de Despesas com Vendas está em linha com o crescimento apresentado na Receita Operacional Líquida da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, que compreendem as equipes das áreas administrativas como finanças, RH, contabilidade e fiscal, bem como as despesas e serviços terceirizados correlatos a essas áreas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$257,4 milhões e R\$252,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 1,9%. As despesas gerais e administrativas representaram 18,8% e 19,5% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, resultado das iniciativas da Companhia de consolidação de estruturas e captura de sinergias operacionais dentro do grupo.

Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de

R\$113,8 milhões e R\$ 86,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um crescimento de 31,6%. O lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social representou 8,3% e 6,7% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi uma receita financeira de R\$91,0 milhões e uma despesa financeira de R\$139,9 milhões, totalizando um resultado líquido de -R\$ 48,9 milhões, o que representou uma queda de 75,1% em comparação ao exercício anterior. As receitas financeiras foram impactadas negativamente devido a aplicação do caixa da Companhia, principalmente pela redução do saldo de caixa resultado do pagamento de *Earnouts* (2T24), do programa de recompra de ações que consumiu nos últimos doze meses R\$ 152,6 milhões e do pagamento de R\$ 40,0 milhões em dividendos no mês de Novembro. Em contrapartida, a redução da linha de despesa financeira está relacionada aos pontos de destaque da remensuração dos valores justos de *Earnouts* e da antecipação de recebíveis na operação de pagamentos, modalidade escolhida pela Companhia para o financiamento do capital de giro necessário nas operações de pagamentos.

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$64,9 milhões e -R\$109,7 milhões no mesmo período de 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de -R\$22,7 milhões e R\$35,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento no Imposto de Renda Diferido está relacionado à maior despesa financeira decorrentes da remensuração dos *Earnouts*.

Lucro líquido

Em razão dos motivos descritos acima, o lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$42,2 milhões e um prejuízo líquido de R\$73,7 milhões no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DFC (em R\$ milhares)	2024	2023	AH 2024 x 2023
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	146.002	272.101	46,3%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(674.918)	(472.871)	42,7%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(211.929)	(59.238)	257,8%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$146,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$272,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A redução no caixa líquido proveniente das atividades operacionais é justificada, principalmente, pela queda nas receitas financeiras da Companhia em razão da redução do saldo de caixa por conta do pagamento dos *Earnouts*, da recompra de ações e do pagamento de dividendos em 2024.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou - R\$674,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a - R\$472,9 milhões no mesmo período de 2023, devido, principalmente, aos pagamentos de *Earnouts* realizados no período.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou - R\$211,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a - R\$59,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, dado principalmente pelo movimento de recompra de ações realizado ao longo do ano de 2024.

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi por meio da venda de serviços que viabilizam a presença digital de nossos clientes, como Hosting, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, Cloud Computing e Servidores Dedicados, bem como de softwares vendidos como serviço (SaaS) como soluções de e-mail, de marketing digital, e-mail marketing, criador de sites, dentre outros – todos estes pertencentes ao segmento Be Online / SaaS.

No segmento Commerce, são ofertadas soluções que viabilizam a nossos clientes venderem por meio da internet como plataforma de e-commerce, integrações com Market-place, subadquirência, logística, ERP, geração de leads, dentre outros.

O segmento Be Online / SaaS foi responsável por 30,7% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, enquanto o segmento de Commerce foi responsável por 69,3% da receita operacional líquida no mesmo período.

A receita operacional líquida referente aos serviços do segmento de Be Online / SaaS é reconhecida ao longo do tempo do contrato do cliente (assinaturas mensais, trimestrais e anuais), de forma linear, sendo registrada ao final de cada mês ou ao término do contrato (quando esse acontece antes do final do mês).

No segmento de Commerce a receita operacional líquida possui cinco espécies principais de reconhecimento:

(i) Receitas de Serviços de Licenciamento do Software: a receita é reconhecida ao longo do tempo, respeitando o cumprimento da obrigação de desempenho de disponibilizar a licença, de forma linear;

(ii) Receitas de Set Up: a receita é reconhecida no momento da prestação do serviço (Set Up);

(iii) Receitas de Fee de Transação: a receita é reconhecida em um momento específico do tempo – qual seja, no momento em que a Companhia presta o serviço de facilitadora (momento que o cliente realiza a venda online);

(iv) Receitas de Intermediação: a receita é reconhecida no início do mês subsequente - considerando as vendas realizadas pelo cliente no mês anterior;
e

(v) Receita de Pagamentos Parcelados: o reconhecimento desta receita acompanha o fato gerador, qual seja a realização de pagamento na plataforma, sendo registrada pela Companhia toda vez que os pagamentos ocorrem.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: inflação, taxa de juros e valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$).

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia Business to Business (B2B), Software as a Service (SaaS) e Commerce, provendo soluções integradas em software e infraestrutura de sistemas. Nossas operações, conforme supramencionado, consistem principalmente na venda de serviços de Hosting, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, Cloud Computing e Servidores Dedicados, e-commerce e payment. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

(i) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPC-A ou IGPM. A inflação (IPC-A) apresentou variação de 4,83% e 4,62% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.

(ii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que alguns de nossos custos tais como licenças de softwares e compras de equipamentos são atrelados a esta moeda, no entanto, a Companhia utiliza mecanismos para proteção cambial que mitigam tais efeitos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o dólar apresentou variação ao ano de 26,6% e -7,21%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 2.2(b) deste Formulário de Referência.

(iii) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos podem ser considerados como investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa), em caso de aumento em seu preço, podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas.

(iv) Investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. A Companhia tem mantido altos investimentos em desenvolvimento de novos produtos (desenvolvimento interno) que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalizaram R\$73.059 mil e R\$66.315 mil, respectivamente. Vale ressaltar que, para a empresa, investimentos em desenvolvimento de novos produtos são capitalizados. Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos últimos dois anos, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 2.1 do presente Formulário de Referência.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia, conforme observado no item de Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência, a Companhia possui a menor taxa de cancelamento do mercado de hospedagem de sites, devido à pulverização de sua base de clientes (cerca de 700 mil clientes ativos em todo o ecossistema, conforme apresentado no item Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência), composta por pequenas e médias empresas de praticamente todos os setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGP-M. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

c. Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto, médio e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre

considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 89,5% da receita financeira total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A administração da Companhia entende que a alteração na taxa de câmbio, da inflação, da taxa de juros de longo prazo (TJLP) e da taxa de juros não teria impacto relevante na lucratividade, conforme apresentado na análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2024:

Transação	Risco	Saldo em 31/12/2024	Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	398.592	11.360	(15.901)	(31.840)
Títulos e valores mobiliários restritos	Queda do CDI	96.550	2.752	(3.852)	(7.712)
CDI (cenário de queda)		12,15%	15,00%	8,16%	4,16%

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a CPC 06/IFRS 16, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Como resultado, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso, que representam seus direitos subjacentes de locação e passivos por locação financeira, representando a sua obrigação de realizar desembolsos referentes à essa alocação.

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para os contratos de arrendamentos, que se enquadram na definição descrita na norma.

Política contábil de arrendamento vigente a partir de 2019

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e Cofins. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato,

descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Administração da Companhia informa que, o relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não contem ênfase ou ressalva.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração relevante a ser citada.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas na Seção 6 do atual Formulário de Referência. As operações mencionadas naquele item não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e nos seus resultados.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

a. Valor das medições não contábeis;

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventials e despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”) realizada em fevereiro de 2020 e pela oferta subsequente (Follow On) ocorrido em 2021.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
EBITDA	244,2	204,6
EBITDA Ajustado	281,4	226,6
Margem EBITDA	17,80%	15,80%
Margem EBITDA Ajustada	20,50%	17,50%

Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do lucro líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) despesa de imposto de renda e contribuição social diferido; (iv) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (vi) despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) realizada em fevereiro de 2020 e posterior oferta subsequente (Follow On) realizada em fevereiro de 2021.

A Margem Lucro Líquido Ajustado consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido	42,2	(73,7)
Lucro Líquido Ajustado	149,9	142,4

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O Lucro Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável com medida de mesma nomenclatura apresentada por outras companhias.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se a soma dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos passivos e passivo de arrendamento menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(373)	(1.110,8)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado ao nosso lucro líquido:

EBITDA e EBITDA Ajustado	Em 31 de dezembro de	
(R\$ milhões, exceto %)	2024	2023
Lucro (Prejuízo) Líquido	42,2	(73,7)
(+) Resultado Financeiro Líquido	48,9	196,1
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	22,7	(35,9)
(+) Depreciação e Amortização	130,4	118,1
EBITDA (1)	244,2	204,6
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	15,0	15,7
(+) Despesas de fusões e aquisições (2)	4,5	6,2
(+) Ajustes Relacionados a Earnout	0	0
(+) Outros Ajustes (3)	0	0
(+) Desinvestimento	4,1	0
(+) Despesa não recorrente	13,6	0
EBITDA Ajustado (4)	281,4	226,6

Margem EBITDA Ajustada (%) (5)	20,5%	17,5%
Receita Operacional Líquida	1.370,0	1.292,8

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado.

(2) Despesas de fusões e aquisições estão relacionadas, principalmente, as despesas com advogados e consultores em conexão com os processos de fusões e aquisições.

(3) Despesas que não fazem parte do curso normal dos negócios da Companhia, tais como descontinuidade de produtos.

(4) Margem EBITDA refere-se ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(5) Margem EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

Lucro Líquido Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso Lucro Líquido para o Lucro Líquido Ajustado:

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado	Em 31 de dezembro de	
(R\$ milhões, exceto %)	2024	2023
Lucro Líquido	42,2	(73,7)
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	15	15,7
(+) Amortização de intangíveis PPA	39	39,9
(+) Ajuste de Earnout de Aquisições	69	273
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(24,4)	(112,5)
(+) Ajuste relacionado ao CPC 06	0	1,1
(+) Marcação a mercado de derivativos	0	0
(+) Despesas relacionadas ao IPO e Follow-on	0	0
(+) Despesas Não Recorrentes / Reestruturação	9	0
Lucro Líquido Ajustado	149,9	142,4
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	10,9%	11,0%
Receita Operacional Líquida	1.370,0	1.292,8

(1) Refere-se à amortização de ativos intangíveis de tecnologia e carteira de clientes decorrentes da alocação de valor justo das combinações de negócios. A partir de 31 de dezembro de 2019, inclui, também, a amortização de marcas advinda das combinações de negócios.

(2) Ajuste a Valor Presente dos Earnouts das empresas adquiridas

(3) Refere-se à soma das despesas financeiras com juros sobre a atualização do passivo de arrendamento e despesas de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida nas datas indicadas abaixo:

Dívida Líquida (Caixa Líquido)	Em 31 de dezembro de	
(R\$ milhões, exceto %)	2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos (circulante)	0	0,1
(+) Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	0	0
(+) Passivo de arrendamento (circulante)	14,5	13,7
(+) Passivo de arrendamento (não circulante)	59,9	63,7
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	447,4	1.188,20
Dívida Líquida	(447,4)	(1.110,80)

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados por nossa Administração para avaliar o resultado de nossas operações, facilitando a comparabilidade da evolução operacional ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto, no nosso entendimento, no fluxo de caixa.

Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos do lucro líquido, do fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos.

Entendemos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das nossas operações, posto que, no seu cálculo, não são incluídas despesas de depreciação/amortização, de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e resultado financeiro, não sendo, portanto, afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária relativa à imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e direito de uso.

Lucro Líquido Ajustado

Entendemos que o Lucro Líquido Ajustado é uma medição não contábil apropriada para a correta compreensão do resultado das nossas operações, posto que, no seu cálculo, excluimos os seguintes efeitos não caixa do lucro líquido: (i) as despesas com plano de opção de compra de ações; (ii) amortização de intangíveis decorrentes da aquisição de empresas; (iii) imposto de renda e contribuição social diferido; ajuste relacionado ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); e (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida (Caixa Líquido) é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Conforme reunião do conselho da administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi aprovada a criação do 4º Programa de Recompra de Ações, em que a Companhia ou suas controladas poderão adquirir até 38.800.000 (trinta e oito milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia. O prazo máximo para a liquidação das aquisições de ações de emissão da Companhia será de 18 (dezoito) meses, contados a partir do dia 11 de fevereiro de 2025 (inclusive) e tendo como termo final, portanto, o dia 11 de agosto de 2026 (inclusive).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025, foi deliberada e aprovada a incorporação das controladas Locaweb Commerce Holding Ltda., LWK Hosting Participações Ltda pela controladora LWSA S.A.

Em outubro de 2025 foi celebrado a alienação da totalidade do capital social da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. (“Wake Creators” ou “Squid” e “Operação”, respectivamente). Maiores informações sobre a operação podem ser encontradas no fato relevante divulgado pela companhia em 07 de outubro de 2025.

	31/12/2024
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social, e em consonância com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados conforme prevê a Lei das Sociedades por Ações.
a.i. Valores das retenções de lucros	(i) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado da Companhia foi um lucro no valor de R\$ 42.194 mil. No mesmo período, a Companhia realizou uma Reserva de Retenção de Lucros de R\$ 84 mil, a fim de atender projetos de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado da Companhia foi um lucro no valor de R\$ 42.194 mil. A Companhia aloca 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, antes da destinação de dividendos, limitando essa reserva em até 20% do valor do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 2.110 mil, representando os 5% de seu Lucro Líquido no exercício.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social prevê que a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Além das distribuições de dividendos anuais em sede de Assembleia Geral Ordinária por ocasião da destinação do resultado, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 40 do Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social, nós não possuímos restrições às distribuições de dividendos
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e/ou passivos off-balance sheet no exercício de 31 de dezembro de 2024.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2024.

iii, contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor.

a. investimentos

descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são focados em melhorar e aumentar a oferta de produtos digitais ao público-alvo da Companhia, possuindo três grandes linhas: (i) desenvolvimento de novos produtos ou ativos; (ii) investimento em infraestrutura; e (iii) investimento em inovação tecnológica e automação para aumento da eficiência e fortalecimento do ecossistema.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$25,3 milhões; os gastos com ativo intangível totalizaram R\$87,2 milhões, e o caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$674,9 milhões.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros. Existe um plano de aceleração desses investimentos, que será financiado por meio dos recursos líquidos obtidos no âmbito da oferta pública primária de ações da Companhia (IPO), realizada em fevereiro de 2020, e na oferta subsequente (Follow On), realizada em fevereiro de 2021, bem como por outras potenciais ofertas de ações da Companhia subsequentes.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgada

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$73,1 milhões. Vale ressaltar que os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos são capitalizados no ativo intangível.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme tabela abaixo, que são gerados a partir dos dados mencionados no item ii. acima, a Companhia gastou no desenvolvimento interno de novos produtos os montantes abaixo listados:

(em milhares de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Adições de Intangível - Desenvolvimento Interno	73.059	66.315

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia tem a missão de ajudar as empresas a nascerem e prosperarem por meio da tecnologia. Com foco na digitalização, principalmente, de pequenas e médias empresas, atuamos para dar as melhores ferramentas para que o nosso cliente consiga competir, com os mesmos recursos, com concorrentes muito maiores.

Para contribuir com o crescimento dos nossos clientes, produzimos materiais relacionados a varejo eletrônico e disponibilizamos gratuitamente por meio do website Escola de E-commerce, que recebe mais de 500 mil visitas por mês. Nesse website, de forma totalmente gratuita, os empreendedores brasileiros têm acesso a conteúdos de qualidade, que contribuem para uma jornada digital mais simples e fluída.

Nossos Diretores entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 2.

a. Objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. Valores indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

Na hipótese de a Companhia ter divulgado, nos últimos três exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas informações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta Seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, reputação, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta Seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta Seção “4. Fatores de Risco”, um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta Seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

a. Com relação à Companhia

Nossas receitas dependem substancialmente das assinaturas e contratações dos produtos e serviços tecnológicos que oferecemos, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações.

Nossas receitas dependem substancialmente das assinaturas e contratações geradas pelos produtos e serviços tecnológicos que oferecemos nos segmentos Be Online/SaaS e Commerce, que incluem serviços de Hosting, E-mail, Cloud Computing, servidores dedicados, plataformas de e-commerce, soluções de meios de pagamento, ERP, logística, marketing e geração de leads dentre outros serviços

complementares a eles relacionados. Caso a receita advinda dessas assinaturas e contratações diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações, nosso fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Operamos em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar adversamente nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

Enfrentamos concorrência em todos os mercados em que atuamos uma vez que eles apresentam reduzidas barreiras de entrada. Nossos concorrentes são geralmente empresas nacionais, mas também sofremos concorrência de algumas empresas estrangeiras ou multinacionais com presença global, que contam com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil. Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não respondermos adequadamente às estratégias de nossos concorrentes, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados que atuamos reduzida, o que consequentemente reduziria nossas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes e podemos enfrentar mudanças que reduzem a efetividade dessas fontes de clientes ou que geram outros problemas que não estão no nosso controle.

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes, incluindo sites de buscas e anúncios em redes sociais para divulgar nossos produtos e serviços. As empresas responsáveis por esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais revisam seus algoritmos periodicamente na tentativa de otimizar seus resultados de pesquisa e divulgação de anúncios, aumentando seus preços e receitas e fazendo com que paguemos mais para usar tais recursos. Caso esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais modifiquem seus algoritmos ou políticas relacionadas à publicidade, aumentem seus preços ou sofram problemas relacionados à tecnologia, ataques de hackers ou outros, nossos sites, produtos ou serviços poderão aparecer com menor destaque ou não aparecer nos resultados de tais pesquisas ou nas visualizações de tais redes sociais, diminuindo significativamente as visitas aos nossos sites e anúncios e,

consequentemente, limitando nossa capacidade de atrair novos clientes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos um modelo de precificação baseado em assinaturas que sofre pressão de mercado, guerra de preços e outros fatores.

Utilizamos um modelo de precificação que nos sujeita a diversos desafios, dentre eles o pagamento de assinaturas mensais, trimestrais, anuais e trienais que permitem a utilização de nossos produtos ou serviços disponíveis em nossa plataforma por período previamente definido. Outro desafio ao modelo de precificação refere-se à diminuição dos preços que cobramos por alguns de nossos produtos ou serviços, resultado direto da pressão do mercado, da guerra de preço com nossos concorrentes, da entrada de novos concorrentes, dentre outros fatores, incluindo mudanças tecnológicas. Não podemos garantir que nossos clientes atuais ou potenciais, ou o mercado em geral, continuem aceitando esse modelo de precificação no futuro ou ainda, que os preços de mercado de alguns de nossos produtos ou serviços não sejam reduzidos, inclusive de forma inesperada. Qualquer mudança, seja ela planejada, repentina ou inesperada nos modelos de precificação aceitos pelo mercado ou na forma como precificamos nossos produtos ou serviços pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser capazes de atrair novos clientes, manter nossos atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os nossos clientes atuais.

Nossa estratégia de crescimento depende da nossa capacidade de atrair novos clientes e de manter nossos atuais clientes, aumentando a contratação por esses clientes de outros produtos e serviços que oferecemos. Para alcançar estes objetivos, precisamos convencer os clientes, atuais e potenciais, dos benefícios e do valor de nossos produtos e serviços. Eventual falha no desenvolvimento das nossas estratégias comerciais, na expansão eficiente de nossos recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços pós-venda de suporte, pode prejudicar nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes, manter nossa base atual de clientes satisfeita e/ou alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir nossas vendas, situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O processo de abertura de capital da Companhia e sua manutenção como companhia aberta perante a CVM, com ações listadas e negociadas no segmento Novo Mercado da B3, resultou em aumento dos custos da Companhia.

Incorremos, no processo de abertura de capital da Companhia, em despesas legais, estruturais, de melhoria em nossa governança corporativa, contábeis e outras que não incorreríamos como sociedade anônima de capital fechado. Continuamos a incorrer custos significativos para manter e aprimorar a estrutura e os registros da Companhia na CVM e na B3, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos de listagem no Novo Mercado, o segmento de listagem da B3, que exige os mais altos níveis de governança corporativa. Adicionalmente, na condição de companhia aberta, temos o dever de implementar e manter controles internos adequados e eficazes sobre os relatórios financeiros, nossas operações, os riscos a que estamos sujeitos, nossa governança corporativa, dentre outros. O aumento dos custos para se manter como companhia aberta ou qualquer falha em manter a adequação de controles internos acima mencionados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos ser afetados adversamente pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de nossos clientes.

Nossas operações dependem, em parte, do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por nossos clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de se concentrar em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos no lugar de serviços ou produtos contratados de terceiros como nós. Muitas empresas também já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem os processos e infraestruturas existentes de seus negócios. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios de nossos clientes ou, de diminuição dos gastos de nossos clientes em tecnologia ou ainda, se não formos capazes de convencer nossos clientes, atuais ou potenciais, a adotar novas soluções tecnológicas por nós oferecidas, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários podem ser afetados adversamente.

Dependemos da nossa capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, internamente, por meio de parceiros ou de aquisições, e da nossa capacidade de adaptação às rápidas mudanças tecnológicas.

As nossas atividades dependem fundamentalmente de tecnologia e de sistemas para o funcionamento dos nossos negócios. O setor de tecnologia é extremamente dinâmico e nosso bom desempenho futuro depende, em parte, de nossa capacidade de prevermos e nos adaptarmos em tempo hábil a tais transformações tecnológicas. A desatualização de nossos produtos, serviços e tecnologias em relação aos de

nossos concorrentes, tendo em vista as demandas de nossos clientes, poderá reduzir as receitas geradas por nossos produtos e serviços e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. Não podemos garantir que continuaremos a desenvolver ou ter acesso a novas tecnologias capazes de manter nossos clientes ou atrair novos clientes, bem como de ser bem-sucedidos na incorporação dessas tecnologias aos nossos produtos e serviços. Adicionalmente, a demanda por nossos novos produtos e serviços pode não existir ou ainda podemos não conseguir desenvolver soluções a tempo e a preços economicamente viáveis, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros que fizemos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos pode não se concretizar e, mesmo que concretizado, caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, podemos não ser capazes de recuperar as despesas e os investimentos que viermos a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos enfrentar dificuldades ou não ser capazes de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento para integrar os ativos ou as operações das empresas adquiridas as nossas operações.

Nossa estratégia de crescimento inclui a aquisição de ativos ou empresas que oferecem produtos e serviços tecnológicos. Não podemos assegurar que continuaremos implementando com sucesso a nossa estratégia de crescimento por meio de aquisição de ativos ou empresas ou ainda, que nossa atual estratégia de aquisição nos trará resultados positivos no futuro. Não obstante, podemos enfrentar atrasos na execução do nosso pipeline de aquisições que podem afetar adversamente nossos resultados em trimestres futuros ou resultados anuais. Nosso crescimento até o momento não deve ser considerado como indicativo de nosso crescimento futuro e, se continuarmos a crescer rapidamente por meio de aquisições, talvez não consigamos gerenciar nosso crescimento de maneira eficaz. Os riscos que podemos enfrentar no âmbito destas aquisições e dos processos de integração de algum dos ativos ou de alguma das empresas adquiridas incluem, dentre outros, os seguintes fatores: (i) uma possível interrupção das operações em curso e desvio da atenção por parte da nossa administração para atividades de transição, aquisição ou integração; (ii) podemos experimentar dificuldades na integração das operações e atividades de ativos e das empresas adquiridas no

sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos, além de outras incompatibilidades, inclusive na integração de recursos humanos e de outros recursos administrativos; (iii) podemos perder administradores e colaboradores importantes na condução dos negócios adquiridos; (iv) podemos sofrer deterioração nas relações com clientes, parceiros ou fornecedores de tecnologia e de produtos terceirizados, tanto nossos como das empresas adquiridas; (v) uma aquisição, após realizada, pode não se mostrar adequada a nossa estratégia de negócios da forma que esperávamos, podendo demandar investimentos adicionais não previstos por nós ou não apresentar o retorno esperado do investimento realizado; (vi) podemos ter dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou (b) à entrada em novos mercados nos quais não temos experiência ou que tenhamos experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços que adquirimos; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; (vii) podemos ter dificuldades para incorporar produtos e serviços adquiridos em nossas linhas de produtos e serviços existentes, bem como manter nossos padrões, controles, procedimentos, suporte e políticas de forma uniforme; (viii); como resultado de nossas aquisições, podemos ter várias linhas de produtos e serviços que são oferecidas, precificadas e suportadas de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para nossos clientes e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; (ix) podemos ter despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte que oferecemos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que havíamos previsto; (x) prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; (xi) podemos não ser capazes de obter aprovações rápidas ou estarmos sujeitos a certas limitações, restrições ou outras sanções impostas aos nossos negócios e aos ativos ou empresas adquiridas por autoridades de defesa da concorrência, sindicatos, órgãos ou agências reguladoras, demais autoridades governamentais ou órgãos similares que podem afetar adversamente nossos negócios, nossos resultados em trimestres futuros ou resultados anuais, planos de integração e de oferta dos produtos e serviços adquiridos; (xii) a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; (xiii) podemos sofrer demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais relacionadas a passivos dos ativos ou das empresas adquiridas e sermos obrigados a pagar valores para os quais não tenhamos direito à indenização destes respectivos vendedores ou em relação aos quais não conseguimos receber, total ou

parcialmente, a indenização acordada com esses respectivos vendedores; (xiv) podemos sofrer questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágios para fins fiscais, bem como poderá haver potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições; potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e (xv) podemos ter dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições. Podemos não ser bem-sucedidos ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer aquisição futura, podendo ser afetados adversamente pelos ativos ou empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridos. A materialização de qualquer risco relacionado a uma aquisição poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não conseguir atrair novos talentos e/ou treinar e manter colaboradores qualificados para apoiar nossas operações.

Há forte e contínua concorrência no setor em que atuamos quanto à contratação de profissionais qualificados nas áreas comercial, operacional, administrativa e técnica e o sucesso de nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter esse pessoal qualificado. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (turnover). Podemos também não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender nossos clientes, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Eventos adversos como a pandemia da COVID-19 em 2020, podem alterar de forma significativa os hábitos e rotinas profissionais. Em decorrência da pandemia da COVID 19, grande parte de nossos colaboradores passaram a trabalhar de forma remota ou híbrida; haja visto que novos eventos adversos possam vir a ocorrer, poderemos ter novas alterações que venham a impactar a cultura praticada pela Companhia.

Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.

Nossas atividades dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede. Armazenamos dados de faturamento, propriedade intelectual, informações de identificação pessoal e outros tipos de informações confidenciais de nossos clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros e de clientes/consumidores de

nossos clientes em nossos sistemas. A infraestrutura que usamos para operacionalizar nossos produtos e serviços pode estar sujeita a falhas ou interrupções por diversos fatores que estão sob ou além do nosso controle, tais como falhas humanas, incêndio, desastres naturais, falta de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação ou danos ou violações dos sistemas de tecnologia da informação. A complexidade e relevância dos processos voltados à tecnologia nos expõe a eventuais falhas na execução de atividades relacionadas ao desenvolvimento sistêmico, homologação e manutenções periódicas, no âmbito lógico e físico.

O mercado em que atuamos está sujeito a riscos de cyber segurança que podem ser provenientes de, dentre outros, ataques cibernéticos que causem degradação aos sistemas ou indisponibilidade de serviços e produtos, penetração em sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros e infiltração de malware (tais como vírus de computador) nos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de nossas redes e sistemas por terceiros, acesso não autorizado a dados confidenciais ou reservados de clientes por pessoas dentro ou fora de nosso grupo. Podemos sofrer tentativas por qualquer pessoa, incluindo nossos colaboradores, de violação de dados, invasão ou acesso de nossos sistemas para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, acarretando seu uso indevido. A possibilidade do aumento a riscos de cyber segurança foi intensificada com a pandemia da COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de trabalho remoto e/ou híbrido (home office) para os nossos funcionários.

Qualquer destas ocorrências, seja intencional ou acidental, de nossa responsabilidade ou de terceiros, causadas ou não por falhas de segurança, pode levar a interrupções, atrasos ou suspensão do funcionamento dos nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede, gerar falhas, interrupções ou erros na captura, no processamento de transações comerciais e liquidação destas transações e, conseqüentemente, afetar nossa reputação como um fornecedor confiável de serviços tecnológicos. No caso de nossas medidas de segurança serem insuficientes e/ou inadequadas, as informações que detemos ou coletamos terem sua confidencialidade violada, ou ainda, se houver interrupções ou mau funcionamento dos serviços e produtos oferecidos, poderemos incorrer em despesas significativas a fim de solucionar esses problemas causados e poderemos sofrer sanções, questionamentos dos órgãos reguladores e/ou danos reputacionais. Outro aspecto a ser notado nos processos relacionados à tecnologia da informação se refere à utilização de mão de obra terceirizada e a possibilidade de dependência de fornecedores e prestadores de serviços em caso de concentração excessiva criando uma dependência de conhecimento, recursos e pessoas, que podem ocasionar também as eventuais falhas ou interrupções acima mencionadas.

Em todas as hipóteses acima, sem a elas se limitar, estamos sujeitos ao cancelamento da contratação de nossos produtos e serviços, à atribuição de responsabilidades significativas perante nossos clientes ou aos clientes/consumidores de nossos clientes e à propositura de ações indenizatórias contra nós em virtude de violação de disposições contratuais, de confidencialidade ou da legislação de privacidade, por exemplo, o que pode afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Uma paralisação ou greve significativa de nossa força de trabalho pode afetar nossas operações.

Nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma de nossas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de nossos fornecedores terceirizados, podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Dependemos de nossa capacidade de integrar nossos produtos e serviços a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede ou mantidos por terceiros.

Nossos produtos e serviços devem se integrar a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros e precisamos modificar e aprimorar continuamente nossos produtos e serviços para acompanhar esses sistemas de terceiros e suas evoluções. Adicionalmente, qualquer deterioração em nosso relacionamento com qualquer terceiro provedor de hardware, software ou plataforma de rede que utilizamos ou operamos, pode afetar adversamente a integração e operacionalidade de alguns de nossos produtos e serviços. Esses terceiros também podem alterar os recursos de suas tecnologias, restringir nosso acesso a seus sistemas ou alterar os termos que regem o uso desses sistemas de maneira adversa aos nossos negócios. Caso não conseguirmos integrar nossos produtos e serviços a uma variedade de hardware, software ou plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros, nossos produtos ou serviços poderão se tornar menos comercializáveis, menos competitivos, obsoletos ou até mesmo deixarem de ser oferecidos aos nossos clientes. Tais alterações podem limitar ou impedir nossa capacidade de usar essas tecnologias de terceiros em conjunto com nossos produtos e serviços, o que afetaria adversamente nossos negócios, negativamente a adoção de nossa plataforma e serviços afetaria adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

Eventual falha da nossa Companhia em impedir violações de segurança na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a nossa reputação e a nossa marca e, ainda, afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das nossas operações. A possibilidade de ocorrência de uma falha pode ser intensificada em caso de incidência de pandemias, como a pandemia da COVID-19, que alterou o modelo de trabalho antes praticado para o modelo de trabalho remoto e/ou híbrido (home office) para os nossos funcionários, que aumenta o risco de vazamento de dados e ataques cibernéticos. Cabe destacar que não possuímos apólice de seguro que cubra ataques cibernéticos. Para mais informações sobre riscos relacionados aos seguros, ver fator de risco “Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Qualquer falha na segurança da Companhia poderá expô-la a obrigações, disputas litigiosas ou procedimentos administrativos, que poderão resultar, dentre outras possibilidades, em indenizações por parte da Companhia às partes lesadas, o que poderá aumentar significativamente as despesas e diminuir sua atratividade, afetando adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

Especificamente, a Companhia está sujeita ao vazamento de dados pessoais, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, alteração, destruição ou comunicação de dados pessoais, falhas nos sistemas e interrupções por quedas de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação, ataques terroristas, cibernéticos, sabotagem e situações similares, falhas de softwares, vírus de computadores, e disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e bases de dados pessoais da Companhia. No caso de violação de segurança da informação envolvendo dados pessoais, a Companhia poderá estar sujeita aos riscos e sanções previstos no fator de risco específico abaixo “Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”, incluindo ao dever de notificação aos órgãos competentes e titulares de dados.

Falhas de segurança que acarretam na perda de dados e informações, além de poder impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, podem impedir o cumprimento de determinadas obrigações legais, ocasionando, por

exemplo, violações a retenção de guarda obrigatória de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Ainda, falhas no armazenamento de dados poderão dificultar ou impedir a defesa dos interesses da Companhia em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizados nas transações efetuadas em nosso website. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger informações e dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Caso a Companhia não seja capaz de atualizar suas plataformas, suas operações e sua conformidade legal poderão ser prejudicadas, afetando adversamente os resultados da Companhia. Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo nos meios de pagamento que aceitamos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. A Companhia poderá não conseguir implementar medidas suficientes para detectar, prevenir ou impedir usos impróprios ou ilegais de suas plataformas.

Além disso, eventuais problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento e implicar em gastos extraordinários significativos, o que pode afetar adversamente a reputação, as operações, os controles financeiros e operacionais e os resultados da Companhia, sendo tais riscos potencializados na medida em que a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos aplicáveis a tempo e a interrupção eventualmente se prolongar.

Em razão da relevante dependência tecnológica para as atividades da Companhia, ela poderá sofrer perdas financeiras resultantes de dificuldades técnicas nas suas operações.

Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.

Nossos mecanismos de segurança e controle podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem nos nossos sistemas. O avanço tecnológico permite o desenvolvimento de métodos sofisticados de captura de dados para a realização de atividades ilegais, tais como fraude e falsidade ideológica. Desta forma, os nossos sistemas de informação estão expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de acessar, de maneira ilegal, dados armazenados em nossos sistemas. Podemos também sofrer com erros e falhas que possam expor e divulgar dados que constem de nossos sistemas. Caso os nossos sistemas sejam violados e haja a divulgação não autorizada de

informações de nossos clientes ou dos clientes/consumidores de nossos clientes, poderemos estar expostos a demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeitos também a impactos em nossa reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), o que poderá afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem em grande parte do seu sistema de informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Tal risco pode ser potencializado na ocorrência de pandemias, que pode afetar o modelo de trabalho praticado pela Companhia, como o visto na pandemia da COVID-19, que alterou para o modelo de home office e trabalho híbrido para os funcionários, e também na medida em que a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e a eventual interrupção se prolongue. A eventual falha da Companhia em atualizar seus sistemas de tecnologia da informação, poderá afetar adversamente suas operações e os resultados.

O sucesso e habilidade da Companhia de oferecer produtos e serviços online e de alta qualidade depende da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha nos sistemas de computação e tecnologia da informação da Companhia em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade da sua plataforma, afetar a efetivação de pedidos de compras e vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à performance da Companhia. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de back-up para determinados aspectos das operações da Companhia não cobrem totalmente todos os respectivos dados e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar e vender os produtos na plataforma oferecida pela

Companhia. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente as operações, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Podemos ser prejudicados se não formos capazes de proteger e fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se nossos parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

Em relação à proteção de nossa propriedade intelectual, industrial e reputação de nossos ativos (marcas, patentes, software, criação autoral, entre outros), não podemos garantir que seus registros nas autoridades competentes sejam possíveis ou que sejam suficiente para a prevenção de apropriação/violação de nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou fazendo com que tenhamos que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las. Não podemos assegurar também que nossos parceiros e fornecedores, quando estiverem trabalhando conosco, oferecendo nossos produtos e serviços, utilizem propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza devidamente regularizadas, ou seja, de suas respectivas titularidades ou de terceiros devidamente autorizados.

O uso indevido e desautorizado de nossos produtos ou serviços, as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza de forma irregular por terceiros pode nos impedir de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer nossos produtos ou serviços ou nos sujeitar a litígios de propriedade intelectual.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza por terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Nossos concorrentes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que oferecemos ou planejamos oferecer. Não podemos assegurar que temos ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza detidos por nossos concorrentes ou terceiros, e nem que seremos bem-sucedidos em processos judiciais em que tenhamos que defender nossos direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza relativos às de tecnologias, produtos e serviços que oferecemos.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que usamos em nossos produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para nós, podemos ser impedidos por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando nossos produtos ou serviços, bem como, provavelmente, ser obrigados a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade. Nesses casos, podemos ser forçados a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos à eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores são ou poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo, sem limitação, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM, Unidade de Inteligência Financeira (UIF), Banco Central do Brasil (“Banco Central”), dentre outros. Não podemos garantir que os resultados destes processos sejam favoráveis a nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores e nossos acionistas controladores ou ainda que manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Novas ações

judiciais, arbitrais ou administrativas exigem a atenção de nossa administração e demandam o dispêndio de custos adicionais para nossa defesa. Decisões contrárias aos nossos interesses, bem como aos interesses de nossos administradores e/ou acionistas controladores, e que afetem nossa reputação ou impeçam a realização de nossos negócios como inicialmente planejados ou que eventualmente alcancem valores substanciais e que não tenham provisionamento adequado podem afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Ademais, estamos também sujeitos ao impacto reflexo de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores não sejam parte, mas que versem sobre nossas atividades ou sobre a regulação a que estamos sujeitos, em especial eventuais alterações à regulação aplicável a provedores de aplicações na internet ou a meios de pagamentos.

Estamos expostos à riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para nós. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída a nós, nossas controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que contratamos, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo de que seja assegurado o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso venham a se consumir, poderão afetar material e adversamente a nossa situação financeira e resultados, bem como impactar negativamente na nossa reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Nós não podemos garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante em nossos resultados e em nossa condição financeira.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

Podemos não ter seguros ou as apólices de seguros que temos podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou

decorrentes do curso normal de nossas atividades. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros que contratamos poderão resultar em prejuízos adicionais para nós. Podemos não ser capazes de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de nossos seguros ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, não contratamos seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de nossas atividades e ataques cibernéticos, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que sejamos compelidos a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em nossas operações e descumprimento de obrigações de nossa responsabilidade. Na ocorrência de qualquer evento acima, podemos ser afetados adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Enfrentamos riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de nossas atividades nos imóveis que utilizamos.

Dependemos de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, podemos não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que utilizamos e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas. Podemos ser afetados adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de nossos negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que utilizamos, inclusive

afetando nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Ademais, a ocorrência de pandemias, como a pandemia da COVID-19, pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças enquanto perdurarem ou até a completa normalização do funcionamento dos órgãos administrativos.

Precisamos considerar a possibilidade de um aumento de capital adicional no futuro para implementar nossa estratégia de negócios, o que poderá resultar em uma diluição da participação de nossos acionistas em nosso capital social em se tratando de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro para implementar nossa estratégia de negócios e podemos optar por obtê-los por meio da distribuição pública ou privada de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. Na hipótese de indisponibilidade ou restrição ao acesso de financiamentos ou dívidas, públicos ou privados, ou caso assim decidam nossos acionistas, esses recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, de modo que suas participações societárias em nosso capital social poderão sofrer diluição, situação na qual nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir captar recursos suficientes para financiar seus projetos, renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos e satisfatórios para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras. Isso pode causar um efeito relevante e adverso, inclusive em decorrência de eventos imprevistos como, por exemplo, a pandemia da COVID-19.

Os mercados locais de dívida e de capitais são altamente voláteis e foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Como reflexo de tais circunstâncias, eventuais dificuldades que a Companhia possa vir a enfrentar para captar recursos no mercado de capitais local ou internacional podem reduzir suas disponibilidades para investimento, impactando negativamente

seu plano de negócios e o cronograma de eventuais projetos em fase de implantação.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamento, de refinanciar suas dívidas quando necessário ou se a disponibilidade para tanto se der em termos desfavoráveis, de não conseguir satisfazer suas necessidades de capital, de cumprir com suas obrigações financeiras ou de aproveitar oportunidades de negócio, a Companhia poderá ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais.

Os detentores das nossas ações poderão não receber quaisquer dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos, em regra, pagar aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido ajustado sob a forma de dividendos. Podemos não ter lucro líquido para pagar dividendos, bem como esse lucro líquido ajustado pode ter outros destinos conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações, podendo não ficar disponível para pagamento de dividendos. Ademais, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social específico, caso nosso Conselho de Administração decida que não possuímos lucro líquido ajustado suficiente (ou lucros acumulados ou reservas de lucros) para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seria incompatível com nossa situação financeira à época.

Estamos sujeitos a certas obrigações financeiras (covenants) e limitações ao endividamento nos termos dos nossos contratos de financiamentos.

Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de nossas dívidas possuem ou poderão possuir no futuro, obrigações específicas tais como: (i) manutenção de certos compromissos financeiros (covenants); (ii) observação de restrições sobre a nossa capacidade de incorrer em financiamentos adicionais; (iii) restrição de pagar dividendos; dentre outras obrigações, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode afetar adversamente a capacidade de conduzirmos nossos negócios. Para mais informações, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, qualquer falha em cumprir com esses compromissos financeiros que não seja sanada ou renunciada pelos respectivos credores poderá acarretar em declaração do vencimento antecipado dos respectivos contratos, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros (cross-default). Em caso de vencimento antecipado dessas obrigações ou no vencimento final sem que as respectivas obrigações garantidas tenham sido devidamente quitadas, os credores poderão executar eventuais garantias prestadas no âmbito desses contratos. Caso haja quebra de covenant, ocorra cross-default ou as garantias de tais contratos sejam executadas, nossos negócios, resultados

operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

b. Com relação aos nossos acionistas, em especial os acionistas controladores

Os Acionistas Fundadores estão vinculados por um Acordo de Acionistas e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia, e seus interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e de nossos investidores.

Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, “Acionistas Fundadores”) estão vinculados por acordo de acionista registrados em nossa sede e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, existem dois acordos de acionistas vigentes: (i) um datado de 13 de agosto de 2018, entre os nossos Acionistas Fundadores e o Willians Cristiano Marques (“Acordo de Acionistas Willians”); e (ii) um celebrado apenas entre os Acionistas Fundadores que entrou em vigor e efeito em 06 de fevereiro de 2020 (“Acordo de Acionistas Família” e, em conjunto com o Acordo de Acionistas Willians, denominados “Acordos de Acionistas”). Em qualquer um dos Acordos de Acionistas, os Acionistas Fundadores podem concentrar poderes para controlar a administração e políticas, dentre outras matérias, eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovações dos acionistas ou do Conselho de Administração, inclusive em operações com partes relacionadas, aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, efetuar parcerias, celebrar financiamentos e determinar o pagamento e prazo de quaisquer dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses de nossos demais acionistas. Adicionalmente, os Acionistas Fundadores podem conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis. As situações acima poderão causar um efeito adverso para nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Devemos considerar a possibilidade de não possuir um grupo majoritário de acionistas definido, nos deixando suscetível a alianças ou conflitos entre acionistas, morosidade para aprovação de algumas matérias em Assembleias Gerais ou Reuniões do Conselho de Administração por inexistência de quórum ou impasses, e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle.

Nosso grupo majoritário de acionistas atual é formado por Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, “Acionistas Fundadores”) e depende do Acordo de Acionistas Família e não

podemos garantir a manutenção da existência de nosso grupo majoritário de acionistas atual, ou da ocorrência de um novo controlador ou outro grupo de controle ou majoritário que venha a substituí-lo no futuro. Caso deixemos de possuir grupo majoritário de acionistas definido, podemos ficar vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e conflitos que possam surgir destes eventos. A inexistência de grupo majoritário de acionistas pode dificultar ou tornar morosos certos processos de tomada de decisão em sede de Assembleia Geral ou Conselho de Administração. Qualquer mudança repentina ou inesperada de nossos administradores, em nossa política empresarial ou nosso direcionamento estratégico, bem como a tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Após a realização da oferta subsequente primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações da Companhia realizada em fevereiro de 2021 ("Follow-On"), assumindo o exercício integral do lote de ações adicionais no âmbito desta oferta, os Acionistas Fundadores passaram a deter 26,9% de ações do nosso capital social. Por meio do Acordo de Acionistas Família, menos de 30% de ações do nosso capital social total e votante, patamar inferior ao previsto no Art. 51 do Estatuto Social da Companhia que trata de "Proteção à Dispersão Acionária". Eventual recomposição da participação acionária a patamar superior a 30% de ações do nosso capital social total pelos Acionistas Fundadores sem a necessidade de realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, será restrita aos eventos previstos no Estatuto Social. Essa redução de participação dos Acionistas Fundadores pode fazer com que outro acionista ou grupo de acionistas agindo em comum precise(m) de um número menor de ações do que precisava(m) antes do Follow-On para ultrapassar(em) o número total de ações que os Acionistas Fundadores deterão (caso esses não consigam ou não queiram recompor ou aumentar suas participações), tornando-o(s) o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s), inclusive, sem necessidade de realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social, caso o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s) não atinja(m) o limite de 30%. Caso outro acionista ou um grupo de acionistas ultrapasse o número total de ações detidas pelos Acionistas Fundadores, a Companhia poderá ser impactada de maneira adversa.

Podemos enfrentar potencial conflito de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos ou podemos possuir receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Não podemos garantir que a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita neste Formulário de

Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As situações de conflito de interesses em razão de transações com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, ver Seção 11 deste Formulário de Referência.

c. dividendos ou outras distribuições dessas sociedades ou que elas performarão de forma adequada e sustentável. Todos os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência também podem ser aplicáveis as nossas controladas e coligadas.

A Vindi está sujeita ao risco de chargeback ou inadimplemento pelos emissores de cartão de crédito.

Nas operações de pagamento realizadas por meio da plataforma da Vindi, estão expostos aos riscos de: (a) cancelamento das transações pelos titulares dos cartões de crédito (clientes/consumidores de nossos clientes) junto aos respectivos bancos emissores em virtude de: (i) fraude ou má-fé (i.e., ato intencional de omissão ou manipulação de transações e alteração de documentos e registros); ou (ii) não reconhecimento das respectivas transações (ações essas conhecidas como chargeback); e (b) inadimplência dos bancos emissores de cartão de crédito, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos seus titulares para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Ocorrendo qualquer um dos eventos mencionados, a Vindi poderá ser responsável pela compensação das referidas transações, o que pode afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Os serviços e produtos oferecidos pela nossa controlada Vindi são cobrados por meio de percentual dos faturamentos de seus clientes e, nesses casos, os resultados relacionados a estes serviços e produtos estão sujeitos a flutuações sazonais.

O varejo experimenta flutuações decorrentes dos padrões de consumo em determinadas épocas do ano (fenômeno conhecido como sazonalidade). Existem períodos de maior e menor consumo, o que reflete no número e quantidade de

transações digitais e de pagamentos eletrônicos do e-commerce. Eventos que possam afetar negativamente períodos de maior consumo, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias (tais como a pandemia da COVID-19) e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários, ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem ter um efeito desproporcional nos resultados da Vindi durante todo o exercício social, uma vez que sua receita é diretamente atrelada aos faturamentos de seus clientes que, conseqüentemente, podem ser afetados por tais eventos. Adicionalmente, as flutuações nos resultados da Vindi causadas pelo fenômeno da sazonalidade podem também fazer com que as comparações dos resultados da Vindi, em diferentes períodos, não sejam indicadores comparáveis precisos ou indicadores com relação as nossas controladas e coligadas.

Possuímos participação em outras sociedades e dependemos de seus resultados financeiros para compor nossos resultados e patrimônios.

Possuímos participações diretas e indiretas em diversas sociedades e o resultado dessas participações compõe os nossos resultados e patrimônio, razão pela qual os resultados apresentados por estas sociedades podem ser impactados por uma piora nas condições setoriais e mercadológicas em suas respectivas operações, impactando nossos resultados consolidados. Não podemos garantir que receberemos quaisquer dividendos ou outras distribuições dessas sociedades ou que elas performarão de forma adequada e sustentável. Todos os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência também podem ser aplicáveis as nossas controladas e coligadas.

Os serviços e produtos oferecidos pela nossa controlada Vindi são cobrados por meio de percentual dos faturamentos de seus clientes e, nesses casos, os resultados relacionados a estes serviços e produtos estão sujeitos a flutuações sazonais.

O varejo experimenta flutuações decorrentes dos padrões de consumo em determinadas épocas do ano (fenômeno conhecido como sazonalidade). Existem períodos de maior e menor consumo, o que reflete no número e quantidade de transações digitais e de pagamentos eletrônicos do e-commerce. Eventos que possam afetar negativamente períodos de maior consumo, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias (tais como a pandemia da COVID-19) e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários, ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem ter um

efeito desproporcional nos resultados da Vindi durante todo o exercício social, uma vez que sua receita é diretamente atrelada aos faturamentos de seus clientes que, conseqüentemente, podem ser afetados por tais eventos. Adicionalmente, as flutuações nos resultados da Vindi causadas pelo fenômeno da sazonalidade podem também fazer com que as comparações dos resultados da Vindi, em diferentes períodos, não sejam indicadores comparáveis precisos ou indicadores de seu desempenho futuro.

Condições econômicas adversas podem prejudicar os negócios da Vindi.

O processamento de operações de pagamento feitas com cartão de crédito, bem como o recebimento antecipado de recebíveis, representam uma parte significativa das atividades da nossa controlada Vindi. Condições econômicas adversas, tais como taxas de juros e inflação, podem fazer com que a nossa controlada aumente as taxas cobradas nas operações realizadas com cartão de crédito e nas operações de antecipação de recebíveis. Não podemos garantir que os clientes, nesses casos, continuarão realizando tais operações com a Vindi, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Aumento nas taxas pagas pela Vindi às empresas que prestam serviço de pagamento, podem afetar os resultados da Vindi.

Os resultados da Vindi podem ser afetados adversamente por aumentos nas taxas pagas às empresas que prestam serviço de pagamento com as quais a Vindi celebrou contratos comerciais (incluindo os adquirentes participantes do arranjo de pagamento em que a controlada atua), caso a Vindi não consiga repassar esses aumentos aos seus clientes ou, mesmo repassando, haja uma fuga de clientes para outros prestadores de serviços com preços mais competitivos. Caso os resultados da Vindi sejam afetados pelo aumento dessas taxas, sem o devido repasse aos seus clientes, nossos resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Regulamentação do Sistema de Pagamentos Brasileiro pode causar um efeito adverso nos negócios da Vindi.

Dada a relevância do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Banco Central e o CMN têm editado diversos normativos visando regulamentar o uso de meios eletrônicos de pagamentos, ampliar a competitividade no setor, reforçar a governança no mercado e incentivar a oferta e a diferenciação de produtos ao consumidor. Não podemos garantir que as autoridades competentes não irão implementar medidas adicionais que gerem necessidade de aporte de recursos pela Vindi ou que, de alguma forma, dificultam ou tornem mais onerosas as operações da nossa controlada, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários de nossa emissão.

A Vindi pode ser incapaz de acompanhar as tendências de mercado e oferecer novas modalidades de pagamento, bem como de atender novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro encontra-se em constante desenvolvimento. Dessa forma, é natural que novas modalidades de pagamento, associadas a novas tecnologias, sejam desenvolvidas e implementadas pelas empresas que prestam serviço de pagamento a fim de atender demandas de mercado por facilidade, rapidez e segurança. A nossa controlada Vindi pode ser incapaz de acompanhar tais tendências de mercado, com a consequente redução de sua base de clientes. Além disso, caso a Vindi não seja capaz de se adequar novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito (tais como Visa e MasterCard) ou outros participantes do mercado com os quais mantenha relações comerciais, estará impedida de realizar operações de pagamento com tais agentes, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não obter êxito na implementação de estratégias para aumentar as operações realizadas pela Vindi.

Nossa lucratividade futura dependerá, em parte, de nossa capacidade de implementar com êxito nossa estratégia para aumentar a prestação dos serviços de meio de pagamento oferecidos pela nossa controlada Vindi. Não podemos garantir que o mercado de meios de pagamento continuará crescendo e permanecendo viável, podemos não conseguir obter êxito no aumento da prestação de serviços de meio de pagamento oferecidos pela Vindi, podendo afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

d. Com relação aos nossos administradores

Podemos sofrer perdas de membros chave da nossa administração e gerência ou sermos incapazes de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência.

Possuímos administradores e gerentes altamente qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso do nosso negócio, especialmente em relação à definição e implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações, produtos e serviços. Caso esses membros chave deixem de integrar nossa equipe, poderemos enfrentar dificuldades para executar nossas estratégias de negócios, crescer de forma sustentável ou desenvolver novos produtos e serviços, dentre outros problemas operacionais, mercadológicos ou de governança corporativa que poderemos enfrentar. Em caso de saída de membros de nossa alta administração, poderemos incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas com as mesmas qualificações, tendo em vista a forte

concorrência que existe para atrair profissionais altamente capacitados no setor de tecnologia, bem como com o pagamento de pacotes de saída ou contratos de indenização. Em razão dos fatores acima expostos, a perda de membros chave da nossa administração e gerência ou a incapacidade de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

e. Com relação aos nossos fornecedores

O mercado em que atuamos e nossos negócios dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das nossas atividades.

Mudanças nos serviços ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias nesses serviços podem afetar a conectividade necessária à prestação dos nossos serviços. Não podemos garantir que a escassez de energia elétrica que já ocorreu no Brasil no passado não ocorrerá novamente. Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das nossas despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia podem afetar nossas receitas na medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Certos equipamentos, hardware e software estão sujeitos a burocracias e riscos relacionados à importação ou são adquiridos de um número exclusivo ou limitado de fornecedores.

O elevado crescimento dos mercados de dados e banda larga em particular podem resultar em um fornecimento limitado de equipamentos essenciais para a prestação de tais serviços, tais como equipamentos de transmissão de dados, servidores e modems. As restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos equipamentos, hardware e software, principalmente equipamentos, servidores e modems, e as localizações geográficas dos fabricantes ou fornecedores internacionais desses equipamentos, hardware ou software, apresentam certos riscos, incluindo: (i) vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os equipamentos, hardware e software são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira; (ii) dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de tais equipamentos, hardware e software; (iii) limitação ou exclusividade do número de fornecedores; ou (iv) imposição de burocracia adicional como direitos

aduanheiros ou outros direitos sobre equipamentos, hardware ou software que são importados. Caso algum desses riscos se concretizem, eles podem resultar na nossa incapacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes, em tempo hábil ou permanentemente, ou podem afetar os preços dos nossos produtos e serviços, podendo ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos softwares de terceiros que dificilmente podem ser substituídos e eventualmente podem causar erros ou falhas em nossos produtos e serviços.

Contamos com softwares licenciados de terceiros para oferecer nossos produtos e serviços. Estes softwares podem não permanecer disponíveis para nós em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de nossos produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por nós ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos nossos sistemas, produtos e serviços, o que poderia prejudicar nossa atividade. Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos nossos serviços, o que poderia prejudicar nossos resultados operacionais, afetando adversamente nossos resultados e custos operacionais.

Alguns de nossos produtos e serviços dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou nos forçar a pagar taxas de licenciamento mais altas

Licenciamos de terceiros, como por exemplo Microsoft Windows Server, Microsoft SQL Server, softwares VMWare, softwares Red Hat, dentre outros, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas que são base para o desenvolvimento de nossos produtos ou serviços. Não há garantia de que seremos capazes de substituir linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos nossos clientes ou negócio continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo. Ademais, enquanto estivermos utilizando linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas. As mudanças nas licenças de terceiros por nós utilizadas podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que nossos serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de incorrermos em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de nossos produtos ou serviços.

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que usamos para desenvolver nossos produtos ou serviços podem comprometer os nossos planos de expansão, ou prejudicar a continuidade de nossos negócios, afetando adversamente

nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossas atividades são desenvolvidas em propriedades alugadas e podemos ser incapazes de renovar seus contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis.

Desenvolvemos nossas atividades em propriedades alugadas cujos contratos de locação estão sujeitos à renovação. Podemos ser incapazes de renovar nossos contratos de locação ou renová-los em condições iguais ou mais favoráveis que as atuais, resultando em uma interrupção parcial ou total de nossas atividades ou no aumento do custo de nossas operações. Na ocorrência de evento que culmine na rescisão de qualquer contrato de locação podemos ser obrigados a desocupar o referido imóvel e podemos não ser capazes de localizar outra propriedade adequada para transferir nossas atividades ou ainda, podemos levar mais tempo que o adequado para encontrar uma nova localidade, levando a uma interrupção temporária de nossas atividades. Qualquer interrupção nas nossas atividades poderá ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

f. Com relação aos nossos clientes

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar nossa capacidade de crescer e desenvolver o nosso negócio.

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda por nossos produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis ou oscilações em quaisquer outros fatores que afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem reduzir o seu poder de compra e conseqüentemente diminuir a demanda por serviços de tecnologia por empresas de todos os portes, empreendedores e profissionais liberais que sejam nossos clientes. Nesses casos, nossos clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de nossos serviços tecnológicos.

Uma vez que somos prestadores de serviços, parte de nossa receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por nossos serviços, nossa receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2008. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os nossos clientes e potenciais clientes podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que

comprometerá a capacidade de manter ou expandir nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossos negócios dependem do acesso contínuo e desimpedido de nossos clientes à internet.

Nossos clientes usam, basicamente, a internet para utilizar nossos serviços e produtos. Alguns provedores de internet podem tomar medidas que afetam a capacidade de seus clientes de usar nossos produtos ou serviços, tais como: (i) limitação dos dados utilizados; (ii) força de cobrança das tarifas baseadas no consumo de dados; (iii) degradação da qualidade do conteúdo que transmitimos; bloqueio parcial ou completamente de acesso aos nossos produtos ou serviços; ou (iv) tentando cobrar mais de seus clientes por usar nossos serviços e produtos.

Além disso, uma série de fatores podem impedir o crescimento contínuo de utilização, o desenvolvimento e a aceitação deste meio por seus usuários, incluindo questões de segurança e autenticação que podem acarretar em problemas com relação à transmissão de informações confidenciais pela internet, além de preocupações com a privacidade e a capacidade dos sites para coletar informações dos usuários sem o conhecimento ou consentimento destes, o que pode afetar a disposição dos usuários para interagir em ambiente online. A concretização de quaisquer destes fatores ou outros que possam impactar o desenvolvimento contínuo da aceitação da internet como meio para comércio eletrônico e comunicação poderão limitar nosso crescimento e afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorremos.

Nossos custos são afetados por diversos fatores como remunerações que pagamos para nossos colaboradores, administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores, dentre outros. Os contratos firmados com nossos clientes não são necessariamente ajustados pelas variações de custos que incorremos, sendo que se os custos aumentarem sem que consigamos repassar esses acréscimos para nossos clientes, seremos afetados em nossas receitas e margens, situações que podem adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

Estamos sujeitos ao risco de crédito relacionado aos nossos clientes, bem como a possíveis perdas decorrentes de inadimplência relevante a eles relacionada.

Nossas receitas dependem significativamente da capacidade dos nossos clientes de pagarem pelos produtos e serviços contratados conosco. Caso não consigamos ter um processo adequado de avaliação de risco de crédito de potenciais clientes que queiram adquirir nossos produtos ou serviços ou se não pudermos implementar medidas para limitar a inadimplência de pagamento pelos clientes dos valores relacionados aos contratos conosco firmados nossas receitas poderão ser adversamente afetadas. As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes incluem rescisão de contrato, dificuldades financeiras dos clientes ou de seus negócios, término de vigência de contratos sem que haja renovação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, ou mesmo inadimplemento não justificado de tais clientes, dentre outros. Em caso de inadimplência recorrente de parte significativa de nossos clientes, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

A maioria dos contratos celebrados com clientes contém disposições que permitem a rescisão unilateral por eles.

A maior parte dos contratos celebrados com nossos clientes para contratação de nossos produtos e serviços possuem disposições com exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão destes. Caso não sejamos capazes de cumprir de forma consistente as condições contratuais e as exigências de nossos clientes ou caso ocorram falhas no desempenho de nossos produtos e serviços, os contratos celebrados com nossos clientes poderão ser rescindidos unilateralmente por eles ou serem renovados em condições que sejam desvantajosas para nós ou ainda, não serem renovados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

g. Com relação aos setores da economia nos quais atuamos

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações em práticas contábeis e de legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar, eis que podem impactar a demanda por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes, postergações de datas de vencimentos de tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que determina um regime diferenciado para o setor de combustíveis. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, principalmente que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais a nós durante ou após seus prazos de vigência, poderá prejudicar diretamente ou indiretamente os nossos negócios e resultados.

Além disso, o nosso grupo atualmente usufrui de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (conforme abaixo definido) e precisa observar os requisitos impostos pela legislação sob pena de perder o benefício. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema. Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para mais informações sobre riscos relacionados a esses benefícios fiscais, ver fator de risco “Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Outrossim, nós estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Além disso, os nossos resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais não possuímos qualquer ingerência. Assim, não conseguimos prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas. Portanto, existe o risco de que as nossas futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas.

Eventual elevação nos tributos ou a redução de benefícios fiscais incidentes sobre o setor de tecnologia no Brasil pode afetar adversamente nossos resultados.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na nossa rentabilidade. A majoração de tributos incidentes sobre nossos negócios, em especial sobre o setor de tecnologia, normalmente resulta em uma majoração de preços para os clientes finais, podendo resultar em um menor uso de produtos e serviços tecnológicos afetando negativamente nossas receitas. Uma receita menor pode resultar em menores margens de lucro sobre os serviços prestados ou produtos vendidos. Não podemos assegurar que o governo federal, estaduais ou municipais não criarão novos tributos nem elevarão as alíquotas atuais dos tributos incidentes sobre as nossas atividades em suas respectivas esferas de competência. Caso os impostos aplicáveis às nossas operações, receitas, produtos ou serviços aumentem ou quaisquer benefícios fiscais utilizados por nós sejam revogados sem

que consigamos alterar nossa estrutura de custos para evitar repassar esses aumentos de tributos aos clientes, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Alterações sucessivas na legislação e na jurisprudência podem gerar divergências de interpretação acerca de fatos pretéritos.

A legislação do Município de São Paulo sofreu, nos últimos anos, diversas alterações no tocante à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre os nossos produtos e serviços. Os serviços de hosting e outros (notadamente em relação aos serviços de processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação) passaram a ser considerados tributáveis pelo ISS somente em 2017 no âmbito da Lei Complementar nº 157/2016, que inseriu alterações da Lei Complementar nº 116/03 (inclusão do "item 1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres"). Até a edição da referida lei, possuíamos decisão judicial transitada em julgado reconhecendo que parte destes serviços não se submetiam à incidência de ISS. Da mesma forma, no que tange às contribuições destinadas ao Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS), com a edição das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, determinados serviços puderam permanecer tributados no regime cumulativo e outros passaram obrigatoriamente ao regime não-cumulativo. Com relação ao PIS/COFINS, a discussão acerca destes temas encontra-se hoje consolidada por Soluções de Consulta COSIT, entretanto, não podemos descartar o risco de questionamento pelas autoridades fiscais federais acerca de fatos pretéritos. Por fim, há ainda controvérsia perante a Fazenda do Estado de São Paulo no tocante à incidência de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre licenciamento de softwares de PABX virtual e de webchat por se tratarem, no entendimento do Fisco do Estado de São Paulo, de serviços de comunicação. Caso haja alterações sucessivas na legislação e na jurisprudência acerca dos temas acima, podendo gerar divergências de interpretação acerca de fatos pretéritos aos quais estamos sujeitos, podemos incorrer em pagamentos adicionais de tributos e impostos, bem como multas e juros a eles atrelados.

A expansão de nossos negócios depende do aumento da disponibilidade, qualidade e uso da internet no Brasil, bem como do crescimento do e-commerce no país.

O rápido crescimento da disponibilidade, qualidade e uso da internet (particularmente como meio de fazer negócios ou fornecer e adquirir produtos e

serviços) é um fenômeno relativamente recente no Brasil. A penetração da internet no Brasil pode nunca atingir os níveis vistos nos países mais desenvolvidos por razões que estão além do nosso controle incluindo, mas não se limitando, a falta de infraestrutura de rede necessária ou o atraso no desenvolvimento ou implementação de tecnologias inovadoras, melhorias de desempenho e medidas de segurança, prejudicando melhorias na confiabilidade da internet no Brasil. A infraestrutura da internet no Brasil pode também não ser capaz de suportar um crescimento contínuo no número de usuários, na frequência de uso ou nos requisitos de amplitude de banda, em especial se os serviços de telecomunicações não estiverem disponíveis de forma adequada para suportar o crescimento da internet no Brasil, ocasionando tempos de resposta no acesso à internet ou a nossos sistemas, produtos e serviços mais lentos, reduzindo o uso da internet e prejudicando nossos negócios. Adicionalmente, mesmo que a penetração da internet no Brasil aumente, não há garantia de que ocorra um aumento na utilização de produtos e serviços oferecidos pela internet, inclusive aqueles destinados ao incremento do e-commerce devido a vários fatores, incluindo a falta de confiança dos usuários na segurança online.

Para complementar este cenário, temos ainda que, no geral, os níveis de renda no Brasil são significativamente mais baixos do que nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, enquanto os preços do acesso à internet e dos dispositivos conectados a ela, como computadores pessoais, tablets, telefones celulares e outros dispositivos portáteis são mais elevados do que nesses países, podendo limitar nosso crescimento, principalmente em partes do Brasil com baixos níveis de renda.

A manutenção da competitividade da Companhia depende da capacidade de desenvolver novos produtos e serviços bem como aperfeiçoar e adaptar os produtos e serviços existentes.

O mercado de TI é caracterizado pelo acelerado desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas, por exemplo, à evolução da capacidade de processamento e armazenamento dos equipamentos de computação, à melhoria da infraestrutura de telecomunicações e de redes, tornando mais curto o ciclo de vida dos produtos e serviços. Nossos clientes possuem demandas inovadoras, complexas e individualizadas, tornando cada vez mais complexo e desafiador atender a tais demandas de forma satisfatória, sendo que nossa eventual falha em tal atendimento poderá causar efeitos adversos em nossa reputação e resultados.

Em função da rápida evolução tecnológica nos setores onde a Companhia atua não se pode garantir que os padrões adotados nos produtos e serviços acompanharão esta evolução, podendo torná-los obsoletos em comparação aos oferecidos por nossos competidores. Também não se pode garantir que as tecnologias as quais optamos por desenvolver nos permitirão competir de forma eficiente no mercado.

Quaisquer destes eventos poderão afetar de forma negativa e substancial a receita e a geração de caixa da Companhia.

Podemos enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso enfrentemos restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

h. Com relação à regulação dos setores em que atuamos **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)**

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet no país, garantindo um ambiente digital mais seguro, democrático e transparente. A companhia está sujeita a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) na provisão de guarda e disponibilização de acesso a aplicações de internet.

A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode afetar o nosso desempenho econômico e o cumprimento de eventuais acordos comerciais com terceiros, além de gerar outras consequências que a mensuração é de difícil avaliação dada a escassez de precedentes.

A regulamentação da internet e do e-commerce no Brasil está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os nossos negócios. Atualmente, de acordo com as leis brasileiras, a distinção entre as leis relativas ao e-commerce e ao comércio de varejo em lojas físicas é mínima. Nesse sentido, podemos estar sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a internet e o comércio eletrônico.

No que diz respeito à responsabilidade dos provedores quanto ao conteúdo disponibilizado pelos usuários, o Marco Civil da Internet adotou a responsabilidade subjetiva do provedor, sendo caracterizado o ato ilícito apenas no caso de recusa no cumprimento de ordem judicial com determinação para remoção do conteúdo impróprio/ilegal.

Não obstante, não podemos garantir que não sejamos responsabilizados por reivindicações com base no conteúdo disponibilizados em sites hospedados em nossa plataforma. Não podemos mensurar a forma e o impacto de eventuais decisões judiciais ou outra ação governamental que imponha responsabilidade aos provedores de serviços online pelas atividades de seus usuários e de terceiros.

Adicionalmente, a crescente preocupação com o uso da internet perante condutas ilegais, como a disseminação não autorizada de informações de segurança nacional, lavagem de dinheiro ou apoio a atividades terroristas, poderá no futuro produzir normas e regulamentações ou outras ações governamentais que possam exigir alterações em nossos produtos ou serviços, bem como restringir ou impor custos adicionais à condução de nossos negócios ou fazer com que os usuários deixem de utilizar nossos produtos ou serviços.

Não monitoramos ou revisamos a adequação dos nomes de domínio que nossos clientes registram ou do conteúdo dos sites de nossos clientes, e não temos controle sobre as atividades nas quais nossos clientes se envolvem. Em qualquer uma das situações acima, caso nos seja atribuída responsabilidade a nós, nossas marcas, reputação, nossa capacidade de expandir nossa base de usuários, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”) que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A companhia está sujeita aos riscos associados descumprimento das leis de privacidade e proteção de dados, como à Lei Geral de Proteção de Dados

(LGPD), inclusive à aplicação de multas e outros tipos de sanções administrativas.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições.

As sanções previstas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular, até ao bloqueio do banco de dados e à imposição de multa. A lei, ainda, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar tais sanções administrativas.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Caso a companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Além disso, a companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por ela ou suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes, fornecedores e colaboradores, no âmbito das nossas operações comerciais. Além disso, a companhia é obrigada a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua

responsabilidade seja realizada de acordo com os princípios e requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas aplicáveis.

A companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, sendo enquadrada, em grande parte de seus produtos e serviços, como Operadora de dados, segundo os termos da lei.

Dessa forma, importante ressaltar que, qualquer inadequação à legislação aplicável, pode acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação de eventual incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, fraudes e demais atividades impróprias ou ilegais, ou outros eventos adversos que podem impactar adversamente a nossa reputação.

Estamos sujeitos à Lei n.º 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), a qual impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por nossos dirigentes, administradores colaboradores, e terceiros contratados para atuar em nosso nome, interesse e/ou benefício, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Dentre as sanções aplicáveis estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados. Não podemos garantir que nossas políticas e procedimentos internos sejam suficientes para garantir nossa conformidade à legislação anticorrupção ou que nossos colaboradores, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal (quando instalado), membros de comitês, provedores de serviços ou clientes não violarão nossas políticas e procedimentos internos, leis ou regulamentos aplicáveis, incorrendo em eventos nos quais podemos ser eventualmente responsabilizados.

Além disso, de acordo com a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a comercialização de bens de alto valor ou intermedieiem sua comercialização, estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. Ressaltamos que a Companhia está sujeita às seguintes sanções em caso de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de

Dinheiro: (i) advertência e/ou (ii) multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (iii) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa de nosso nome pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de nossos dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de nossos colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. Nossa reputação também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à nossa reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de nossos valores mobiliários. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos para identificar, monitorar, gerenciar e controlar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não ser suficientes: (i) para gerenciar e controlar os riscos que conhecemos; (ii) prever exposições futuras; (iii) ou contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios. Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controle internos podem

não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis anticorrupção por parte de nossos colaboradores, Acionistas Controladores, membros de nossa administração, fornecedores, dentre outras pessoas agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício. No caso de qualquer falha, insuficiência ou inadequação de procedimentos e controles adequados, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação brasileira de telecomunicações e a caducidade da autorização de SCM do STFC podem afetar adversamente o crescimento dos nossos serviços.

A nossa atividade de prestação de serviços de telecomunicações é regulamentada e fiscalizada pela ANATEL, autarquia federal responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil. Eventuais mudanças em leis, regulamentos ou políticas governamentais aplicáveis ao setor de telecomunicações ou a mudança na interpretação de tais leis ou regulamentos poderá afetar nossas operações de telecomunicações.

Como estamos autorizados a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") e a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"), devemos atender a certas obrigações de abrangência e qualidade de tais serviços previstas em nossa autorização e nos regulamentos expedidos pela ANATEL, sob pena de declaração de caducidade. Caso ocorra a aplicação de qualquer multa, imitações ou restrições impostas pela ANATEL ou a declaração de caducidade das nossas autorizações, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica previstos na Lei nº 11.196/05 ("Lei do Bem"), regulamentada pelo Decreto nº 5.798/06 e regulamentações emitidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTI"). Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submetemos informações ao MCTI sobre os dispêndios efetuados no ano anterior relacionados a tais atividades. Entretanto, não podemos garantir que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. Caso esses benefícios não

sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

i. Com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Não é aplicável, pois não atuamos em países estrangeiros.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Por ser uma prestadora de serviços no setor de tecnologia, entendemos que nossas atividades não implicam em riscos relevantes que impactam diretamente as questões sociais.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

O mercado de tecnologia e os negócios da LWSA dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das atividades. Mudanças ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias podem afetar desde a conectividade necessária à prestação dos serviços. Não se pode garantir que a escassez de energia elétrica, que ocorreu em alguns períodos no Brasil, não ocorrerá novamente.

Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia, podem afetar as receitas à medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, o que pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e os valores mobiliários.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia não identificou, até o momento, um risco climático específico com impacto direto e imediato sobre suas operações. No entanto, reconhece a existência de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas. Entre os riscos físicos, destacam-se eventos extremos, como enchentes, que podem afetar localidades onde a Companhia possui escritórios ou clientes, com potencial de impacto na continuidade operacional e na prestação de serviços.

Além disso, a LWSA mapeia o risco de indisponibilidade de energia elétrica, uma vez que alterações climáticas podem afetar a confiabilidade e a disponibilidade das fontes de geração, especialmente as hidrelétricas. Esse fator pode acarretar aumento de custos e reduzir a acessibilidade à energia, impactando o planejamento financeiro da Companhia.

Como parte de sua estratégia de gestão climática, em 2024 a Companhia elaborou seu segundo inventário de emissões de gases de efeito estufa, referente ao ano-base de 2023, contemplando os escopos 1 e 2. Todas as emissões foram integralmente compensadas por meio da aquisição de créditos de carbono registrados na plataforma global VERRA, conforme as diretrizes do programa Verified Carbon Standard (VCS).

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises de todas as naturezas como inflação alta, guerra, entre outros, nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil enfrentou taxas extremamente altas de inflação no passado. Certas ações governamentais para conter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou inflação de 6,54% em 2024, e o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) registrou inflação de 4,83%. As medida tomada pelo governo brasileiro para controlar a inflação consiste em uma política monetária de controle da inflação usando como instrumento principal a taxa básica de juros (Selic). Nos últimos anos vimos uma política de juros restritivas e com altas consecutivas da Selic, limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Durante 2024, o ano encerrou em 12,15%, um patamar ainda elevado e que, conseqüentemente, afeta diretamente o mercado de crédito brasileiro. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil permanecia em 14,25% ao ano.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Quaisquer medidas futuras tomadas pelo governo brasileiro, incluindo a redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear a inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil sofrer alta inflação no futuro, podemos não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais. Um aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como do seu caixa e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e contratos financeiros, leasing e de arrendamento mercantil, que estão sujeitos a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros e inflação no Brasil pode nos afetar adversamente, uma vez possui empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e da taxa de juros oficial de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma queda significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a nossa receita de aplicações financeiras.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais

global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da pandemia da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho e espaços públicos, como shopping centers e restaurantes, interrupções na cadeia de suprimentos, o que ocasionou na redução de consumo de uma maneira geral pela população. Essa diminuição resultou, e pode continuar a resultar, na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o nosso fluxo de caixa, podendo dificultar o adimplemento regular de nossas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Outro aspecto em decorrência da pandemia que pode afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ademais, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo podem impactar adversamente o resultado da Companhia, especialmente em virtude da

eventual não realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as nossas atividades.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a pandemia da COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando nossos investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia de COVID-19 causou mudanças nos padrões de gasto dos consumidores que foram impactados por: condições comerciais em geral, níveis de emprego, taxas de juros, taxas tributárias, disponibilidade de crédito ao consumidor, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, bem como riscos, e a percepção pública de riscos relacionados a epidemias ou pandemias.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais de doenças não ocorrerão e, caso ocorram, podemos não ser capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao provocado pela pandemia da COVID-19 em nossos negócios.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia.

Poderá não existir um mercado de negociação ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários

brasileiros são significativamente menores, menos líquidos e mais concentrados e voláteis que os mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos, por exemplo. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário de Referência ou por motivos não relacionados ao desempenho da Companhia.

Condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão nos afetar adversamente.

Nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no Brasil. Futuras reduções nas suas taxas de crescimento podem afetar o consumo de nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, poderão nos afetar adversamente.

O governo brasileiro intervém na sua economia e, ocasionalmente, faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo por nós detidos indiretamente (por meio de aplicações em fundos de investimento em renda fixa de baixo risco). O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como: (i) eleições políticas; (ii) política monetária; (iii) taxas de juros; (iv) taxas de inflação; (v) liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito; (vi) controles de exportação e importação; (vii) taxas de câmbio e controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior; (viii) escassez de energia; (ix) instabilidade econômica e social; e (x) outras eventualidades não mensuradas acima.

Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações de emissão da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de tais ações de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente nosso valor de mercado.

O Brasil experimentou ganho do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos R&I e Moody’s. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além de nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado de nossos valores mobiliários.

Na data deste Formulário de Referência, os ratings soberanos do Brasil eram:

Perspectiva	Moeda Estrangeira	Moeda Local	Agência	Última Alteração
Positive	Ba1	Ba1	Moody's	01/10/2024
Stable	BBB-	BBB-	R&I	09/07/2024
Stable	BB	BB	Fitch	27/06/2024
Stable	BBB-	BBB	JCR	20/12/2023
Stable	BB	BB	Standard & Poor's	19/12/2023
Stable	BB	BB	DBRS	28/07/2023

Fonte: risco-da-republica-soberana-do-brasil

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, o que poderá afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de ações de sua emissão.

O cenário político e macroeconômico do Brasil segue exercendo influência direta sobre a confiança dos investidores, o desempenho da economia e, conseqüentemente, o mercado de capitais. O ambiente político nacional ainda gera incertezas relevantes que podem afetar a atividade econômica e a atratividade dos ativos brasileiros.

A atuação do Governo Federal, incluindo o Presidente da República, continua tendo papel determinante na condução de políticas econômicas. Mudanças nas diretrizes fiscais, monetárias ou regulatórias podem impactar diretamente o desempenho financeiro da Companhia, além de gerar volatilidade nos preços das ações. Ainda que não seja possível prever quais políticas serão adotadas, eventuais mudanças podem afetar adversamente os nossos negócios.

Incertezas em torno da condução da política fiscal, reformas estruturais, e eventuais intervenções governamentais podem contribuir para a volatilidade nos mercados e dificultar o planejamento de longo prazo. Além disso, fatores como alta nas taxas de juros, variação cambial e alterações tributárias podem trazer impactos nos negócios da Companhia.

Nos últimos anos, medidas do governo voltadas ao controle da inflação e ao equilíbrio fiscal têm incluído aumentos da taxa básica de juros e revisão de gastos públicos. Essas medidas, ainda que necessárias para o equilíbrio macroeconômico, podem impactar negativamente o consumo, o acesso a crédito e a liquidez do mercado, afetando os resultados operacionais de empresas brasileiras.

Por fim, a continuidade de um ambiente político instável ou a adoção de políticas econômicas imprevisíveis poderá impactar negativamente os nossos negócios, nosso desempenho financeiro e o preço de negociação de nossas ações. A sensibilidade ao cenário de juros, à disponibilidade de crédito e ao apetite dos investidores, especialmente os estrangeiros, segue sendo um fator de atenção para o desempenho futuro da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A taxa de câmbio brasileira segue um regime flutuante desde 1999, com intervenções pontuais do Banco Central para conter movimentos excessivos e preservar a estabilidade financeira. Ainda assim, o real permanece suscetível a oscilações relevantes frente ao dólar e outras moedas estrangeiras, influenciado por fatores como incertezas fiscais, taxas de juros globais, fluxo de capitais e percepção de risco do país.

A desvalorização do real frente ao dólar, por exemplo, pode gerar pressões inflacionárias internas, exigindo ajustes na política monetária, como elevação das taxas de juros. Esse cenário tende a desacelerar o crescimento econômico e aumentar os custos de financiamento e operação, afetando diretamente o desempenho da Companhia.

Além disso, para investidores estrangeiros, a desvalorização da moeda local reduz o valor dos dividendos pagos em reais quando convertidos para dólares, bem como impacta negativamente o valor das ações da Companhia em mercados internacionais.

Portanto, a instabilidade cambial permanece como um risco relevante para os negócios da Companhia, tanto por seus impactos diretos nos custos e receitas quanto por seus efeitos indiretos sobre o ambiente econômico como um todo.

1) Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.

2) Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

3) Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.

4) Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

5) A Companhia, por meio de sua controlada Yapay (estrutura de payments / Vindi), está sujeita à regulação do Banco Central do Brasil por atuar como instituição de pagamento. A atividade da Yapay exige o cumprimento rigoroso de uma série de exigências legais e regulatórias, incluindo requisitos de capital, regras de governança, controles operacionais e segurança cibernética. A inobservância dessas normas pode acarretar sanções administrativas e judiciais, impacto reputacional e aumento de custos operacionais.

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossa atividade, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, inflação e mudanças nas taxas de juros e mudança na conjuntura internacional.

Riscos relacionados a flutuações na taxa de câmbio

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações frente ao Dólar Americano e demais moedas internacionais. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Alguns de nossos clientes são empresas estrangeiras ou representam marcas internacionais e, portanto, estão expostas a variações cambiais e qualquer desvalorização cambial poderia criar um efeito adverso a tais clientes o que, por sua vez, pode prejudicar a contratação de nossos serviços oferecidos, causando um impacto negativo em nosso resultado.

Além disso, a eventual desvalorização do real em relação ao dólar aumentará os custos de nossas obrigações em moeda estrangeira, impactando, dessa forma, nossos custos. Uma grande desvalorização do real pode afetar de forma significativa nossa liquidez e fluxo de caixa no curto prazo. A desvalorização do real cria também pressão inflacionária e limita o acesso aos mercados de capitais internacionais, podendo favorecer a intervenção do Estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas, o que pode nos afetar negativamente.

O risco cambial refere-se ao risco de variação dos fluxos de caixa futuros de empréstimo em moeda estrangeira e instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. O risco cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia e para gerenciar esse risco, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros de derivativos (NDF) junto a instituição financeira considerada de primeira linha. Neste contexto, a Companhia encontra-se protegida contra a variação cambial de seus fornecedores com exposição em moeda estrangeira.

É política da Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros de derivativos apenas visando a proteção de riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por empréstimo em moeda estrangeira ou fornecedores internacionais, portanto, sem caráter especulativo.

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem

adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação podem incluir uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Qualquer aumento no futuro das taxas de juros, que poderá ocorrer em virtude de eventual aumento da inflação ou de outros fatores, poderá afetar negativamente nosso lucro e o resultado de nossas operações, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de nossas operações.

O risco associado às taxas de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha uma exposição máxima de R\$39.552, num cenário de redução de 65,75% da taxa DI, devido à redução das receitas financeiras dos recursos aplicados.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava exposta à variação em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos rendimentos de aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes para a exposição em CDI.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração foi considerado a taxa de projeção do CDI conforme Focus (Branco Central do Brasil). Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma queda de 3,99 p.p (cenário A) e de 7,99 p.p (Cenário B - cenário de situação extrema) levando em consideração das duas maiores variações nos últimos 10 anos da taxa SELIC. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerados relevantes pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Perdas - Consolidado		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	398.592	11.360	(15.901)	(31.840)
Títulos e valores mobiliários restritos	Queda do CDI	96.550	2.752	(3.852)	(7.712)
CDI (cenário de queda)		12,15%	15,00%	8,16%	4,16%

Para os valores justos da contraprestação contingente, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos:

Contraprestação contingente

	Resultado	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2024		
Selic (10%)	(854,36)	867,63
Receita Projetada (10%)	1.444,14	(1.444,14)

Para os fins deste item 4.4, consideramos como processos individualmente relevantes:

(i) processos com valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

Em 31 de dezembro de 2024, nós e as nossas controladas figuramos como parte ativa ou passiva em 553 processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal/tributária, oriundos do curso normal de nossos negócios.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência, compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas com chance de perda considerada como provável por nossos advogados externos e internos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas com chance de perda considerada como possível ou remota, não são provisionados.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que nós e nossas controladas figuramos como parte, de acordo com sua natureza.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, figurávamos como parte passiva em 54 processos judiciais e administrativos trabalhistas que, somadas, totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$ 2,9 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de, aproximadamente, R\$ 1,7 milhões, em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 19 processos, sendo 7 trabalhistas e 12 trabalhistas administrativos.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, figurávamos como parte passiva em 36 ações tributárias que, somadas, totalizavam a quantia de, aproximadamente, R\$ 126,7 milhões (valor histórico das causas), não houve constituição de provisão, de acordo com nossos consultores jurídicos.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, figurávamos como parte passiva em 394 processos cíveis que, somados, totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$ 14,8 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de R\$ 6,5 milhões, em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 48 processos, de acordo com nossos consultores jurídicos.

(iv) Contingências Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, visto que o desenvolvimento de nosso negócio não promove impactos ambientais e sequer requer qualquer licenciamento ambiental, nós não somos parte em processos de natureza ambiental.

(v) Contingências de Propriedade Intelectual

Na data deste Formulário de Referência, nós não somos parte em ações envolvendo propriedade intelectual.

Somos, junto às nossas controladas, parte em processos no desenvolvimento normal de nossas atividades. Em 31 de dezembro de 2024, o valor histórico da causa da totalidade dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 144,4 milhões, e a provisão para demandas judiciais era de R\$ 8,2 milhões .

As nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, não haviam processos sigilosos em que a Companhia ou qualquer uma de suas controladas eram parte.

Em 31 de dezembro de 2024, não haviam outras contingências relevantes relativas à Companhia ou qualquer uma de suas controladas a serem reportadas.

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 04 de dezembro de 2019, os membros do Conselho de Administração da LWSA deliberaram pela aprovação da política de gerenciamento de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), com o objetivo de controlar ou mitigar os riscos aos quais a Companhia estava exposta. A Política de Gerenciamento de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas.

O inteiro teor da Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no site de relações com investidores (ri.lwsa.tech) e no site da CVM (cvm.com.br).

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da LWSA tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades gerais a serem observados no processo de identificação, avaliação, direcionamento, monitoramento e comunicação dos riscos, aos quais a Companhia está exposta, visando reduzir a probabilidade de materialização dos mesmos e seus possíveis impactos, preservando assim a longevidade do negócio.

i. riscos para os quais se busca proteção

A LWSA busca proteção aos seus riscos inerentes utilizando uma metodologia de avaliação de riscos, alinhada ao COSO, que possui o objetivo de identificação, mensuração, definição de ações, e monitoramento até a efetiva mitigação dos riscos, alinhado ao apetite de riscos da Companhia. Os principais tipos de risco são:

Liquidez: honrar as obrigações financeiras

Estratégico: relacionado às diretrizes estratégicas da organização.

Operacional: falhas em processos, sistemas ou pessoas.

Regulatório: cumprimento de regulamentações e normas.

Financeiro: impacto financeiro na empresa.

Reputação: danos à imagem da empresa.

Segurança da informação: proteção de dados e informações.

ii. instrumentos utilizados para a proteção

Como parte da metodologia citada anteriormente, é possível destacar os processos de mapeamento de processos e testes dos controles internos, o registro das fragilidades identificadas, seguindo a Política de Apontamentos, e principalmente a Matriz de Riscos - onde são elencados os riscos inerentes relevantes, considerando o impacto e seu ambiente de controle, trazendo a visão do risco residual. Estes riscos são gerenciados pelas Diretorias responsáveis pelo processo com reporte para Alta Administração e acompanhamento pela Área de Controles Internos.

Adicionalmente, a Companhia possui códigos e políticas internas que estabelecem procedimentos e condutas que devem nortear as ações dos nossos colaboradores, administradores, parceiros e terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial, com o intuito de minimizar nossa exposição aos riscos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos na LWSA passa por uma governança colegiada a partir do Conselho de Administração, seus comitês não estatutários (Comitê de Recursos Humanos, Comitê de ESG, Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), sua Diretoria Executiva, além da Área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos. Todos eles possuem atribuições distintas, conforme nomeações e Políticas específicas e devem atuar de maneira integrada, com reportes periódicos.

Para gerenciar adequadamente os seus riscos, a LWSA utiliza o modelo de “Três linhas de Defesa”, divulgado pelo Instituto dos Auditores Internos e formalizado internamente em Política, que destaca as responsabilidades abaixo:

1ª linha de defesa: Representada pelas áreas de Negócio e Suporte, são responsáveis diretos pela identificação, mensuração, avaliação e gestão dos riscos que podem influenciar o cumprimento de seus objetivos estratégicos e operacionais.

2ª linha de defesa: Representada pela Área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, tem por objetivo assegurar de forma independente e centralizada, que os riscos da LWSA sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos, visando a definição de parâmetros para o processo de gestão de riscos e sua supervisão. Sendo independente no exercício de suas funções, com comunicação direta com qualquer administrador ou colaborador, e acesso a qualquer informação necessária para o desempenho de suas atividades.

3ª linha de defesa: Representada pela Área de Auditoria Interna, que é segregada e independente das demais áreas da LWSA. Suas responsabilidades estão detalhadas em regimento interno específico. A Auditoria Interna reporta ao COAUD, que por sua vez reporta ao Conselho de Administração, o que reforça sua independência.

A LWSA acredita e difunde em seus treinamentos que todos os colaboradores são gestores de riscos, tendo dentro de suas atribuições específicas a responsabilidade de garantir segurança às suas operações.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme mencionado, a estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro e diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como os demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

O Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração em 04 de dezembro de 2019 ("Comitê de Auditoria"), deve: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como os sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com a Administração da Companhia, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração acredita que o Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para cumprimento de seus deveres e atribuições, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui um sistema de controles internos estruturado com base em boas práticas de governança corporativa e nos princípios estabelecidos pelo COSO – Internal Control Framework, com o objetivo de assegurar a integridade das informações financeiras e operacionais, a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, a proteção dos ativos e a eficiência dos processos internos.

Entre as principais práticas adotadas, inclusive citadas anteriormente, destacam-se:

- Mapeamento e formalização de processos críticos;
- Identificação de riscos;
- Sistema integrado de gestão empresarial (GRC)
- Revisões periódicas dos controles com base em testes de efetividade;
- Monitoramento contínuo;
- Atuação integrada com as áreas de Compliance, Riscos Corporativos, Controles Internos e Auditoria Interna.

A eficiência do sistema de controles é avaliada periodicamente por meio de testes formais, autoavaliações realizadas pelas áreas responsáveis e auditorias independentes. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria (COAUD), permitindo a identificação de eventuais fragilidades.

Quando identificadas imperfeições ou oportunidades de melhoria, são elaborados planos de ação com prazos, responsáveis e metas definidas, cujo acompanhamento é realizado até a completa resolução do ponto identificado. A Companhia mantém um compromisso contínuo com a evolução de sua estrutura de controles, com foco na prevenção de riscos, na integridade dos processos e na geração de valor para seus stakeholders.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A resposta para este item pode ser observada no item 5.1 "Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado" subitem "a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos"

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos na LWSA é conduzida de forma contínua pela Alta Administração e pelo Comitê de Auditoria, que utiliza os trabalhos

da Auditoria Interna e Externa, ambos com reporte direto a esse órgão. Adicionalmente, supervisionam também as áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, que possui reporte à Diretoria Jurídica e Compliance, subordinada ao Chief Financial Officer da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

O relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não contém identificação de deficiências significativas nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores informam que não houveram deficiências significativas nos controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes, reduzindo o risco de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

Em 14 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”), que reforça os princípios e diretrizes a serem seguidos por todos os colaboradores, *stakeholders*, parceiros, fornecedores e terceiros. O documento contempla, entre outros aspectos, exemplos de condutas esperadas no que diz respeito à prevenção de fraudes e de práticas ilícitas contra a administração pública.

Todas as nossas relações com o setor público devem ser pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento das legislações e normas aplicáveis.

Além do Código de Ética, os temas relacionados à prevenção de fraudes e atos ilícitos contra a administração pública também estão contemplados na nossa Política de Gerenciamento de Riscos, bem como em outras políticas internas, conforme detalhado no item “i” a seguir.

Reforçamos que práticas fraudulentas ou ilícitas não são toleradas em nenhuma circunstância. Caso ocorram, devem ser imediatamente reportadas por meio do nosso Canal de Denúncias, garantindo o tratamento adequado e sigiloso das informações.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.lwsa.tech/>) e no site da CVM.

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

As Políticas de Governança da Companhia estabelecem padrões de conduta, regras internas e práticas que visam alinhar nossas atividades com os valores institucionais, garantindo a adequação ao perfil de riscos identificados. Essas políticas incluem procedimentos específicos para a gestão de riscos, a frequência de sua reavaliação e a adaptação contínua das práticas adotadas pela Companhia, conforme as mudanças no cenário interno e externo.

Além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos, em reunião realizada em 04 de dezembro de 2019, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos: (i) política de divulgação de atos ou fatos relevantes (“Política de Divulgação”); (ii) política de

negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

Os conteúdos das Políticas Corporativas foram revisitados em 2024 e não sofreram alterações significativas. Para 2025, está prevista uma republicação com a atualização de alguns temas.

O conteúdo completo das Políticas de Governança Corporativa está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.lwsa.tech/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

i. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui diversas estruturas organizacionais voltadas ao monitoramento da eficácia dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, sendo as principais responsáveis pela supervisão e aplicação de nossos princípios de ética e conformidade.

Comitê de Ética: O Comitê de Ética tem como principal atribuição promover os princípios estabelecidos no Código de Ética, supervisionando sua aplicação em todas as áreas da Companhia. Este comitê é responsável pela proposição de ações relacionadas à disseminação e ao cumprimento do Código de Ética, assegurando sua eficácia e efetividade.

Para garantir a independência dos dirigentes do Comitê, são adotados mecanismos que asseguram a autonomia nas decisões e a isenção em suas avaliações. Esses mecanismos podem incluir, entre outros, a composição do comitê com membros de diversas áreas da Companhia, bem como a garantia de que não haja conflitos de interesse nas decisões tomadas.

ii. Aplicabilidade do Código de Ética e Conduta

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o nosso Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os nossos fornecedores, clientes e parceiros.

Realizamos treinamentos periódicos a todas as pessoas que mantêm vínculo estatutário ou empregatício com a nossa Companhia, a fim de recordar as normas e princípios do nosso Código de Ética, além de esclarecer eventuais questionamentos.

iii. Sanções Aplicáveis em Caso de Violação

O Código de Ética e Conduta da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de descumprimento de seus preceitos ou de outras normas internas relacionadas à ética, integridade e conformidade. Essas sanções estão expressamente previstas no próprio Código de Ética e Conduta, o qual está disponível para consulta no site institucional da Companhia e em seu portal de Relações com Investidores e na Política de Integridade e Gestão de Consequências.

iv. Canal de Denúncias da Companhia

A Companhia disponibiliza um canal de denúncias para que possam ser comunicados comportamentos não éticos, violações à legislação, regulamentos e quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos.

Este canal está acessível tanto para nossos colaboradores quanto para terceiros, sendo possível realizar denúncias de forma anônima, se desejado.

O Canal de Denúncias pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: (<https://canalconfidencial.com.br/lwsa/>).

O canal de denúncias é operado por empresa terceirizada (Aliant. ICTS Global do Brasil LTDA). Todas as denúncias são recebidas pela área de Compliance e são tratadas com a máxima confidencialidade. As informações relacionadas a cada denúncia são acessadas exclusivamente pelas pessoas envolvidas no processo de investigação.

Todas as circunstâncias e os fatos são cuidadosamente investigados e avaliados, de modo a garantir a imparcialidade e a precisão nas decisões, respeitando sempre os direitos das partes envolvidas e a integridade do processo.

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizarem denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger a identidade do denunciante. O Canal de Denúncias não solicita dados pessoais do denunciante, e oferece a opção de ocultar as informações do relato recebido durante o processo de apuração, garantindo que o anonimato seja preservado durante todo o processo.

Comprometemo-nos a tratar todas as denúncias com imparcialidade, respeitando a confidencialidade e a integridade dos envolvidos, e assegurando que nenhum ato de represália seja cometido contra quem atua de boa-fé.

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a nossa área de Compliance e os resultados são encaminhados para a Diretoria de Gente e Gestão e Diretoria Jurídica. Os casos críticos são submetidos ao Comitê de Ética para deliberações de ações e medidas disciplinares.

As denúncias relativas a questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolveram membros da administração da Companhia (conselheiros e diretores) também deverão ser reportadas ao Comitê de Auditoria da nossa Companhia, que acompanhará e oferecerá suporte às decisões do Comitê de Ética nessas situações.

v. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não tivemos casos suspeitos ou confirmados de irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

vi. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

No último exercício social não houve alterações significativas.

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a esta Seção 5 foram disponibilizadas nos itens acima.